

Gazeta

DO INTERIOR

impressão digital
em **GRANDE** formato
ALÉM DA SUA IMAGINAÇÃO



Publicidade e Design, Lda.
www.publines.pt

☎ 272 321 784

Ano XXXI | N.º 1637 | 6 de maio de 2020 | Diretor: João Carlos Antunes | Sai à 4ª feira | Semanário | 0.60 € (IVA inc.) | Email: redacao@gazetadointerior.pt | www.gazetadointerior.pt



ALBIFAST

DRIVE THE GOOD, DRIVE THE BEST.

SEMI-NOVOS COM GARANTIA

Rotunda Albifast, antes da fábrica de iogurtes na Zona Industrial de Castelo Branco

ACEITAM-SE RETOMAS | FINANCIAMENTO ATÉ 120 MESES C/ OU S/ ENTRADA

T +351 961 022 882 • comercial@albifast.pt



EM TEMPO DE CRISE PROTEJA-SE! #FIQUEEMCASA

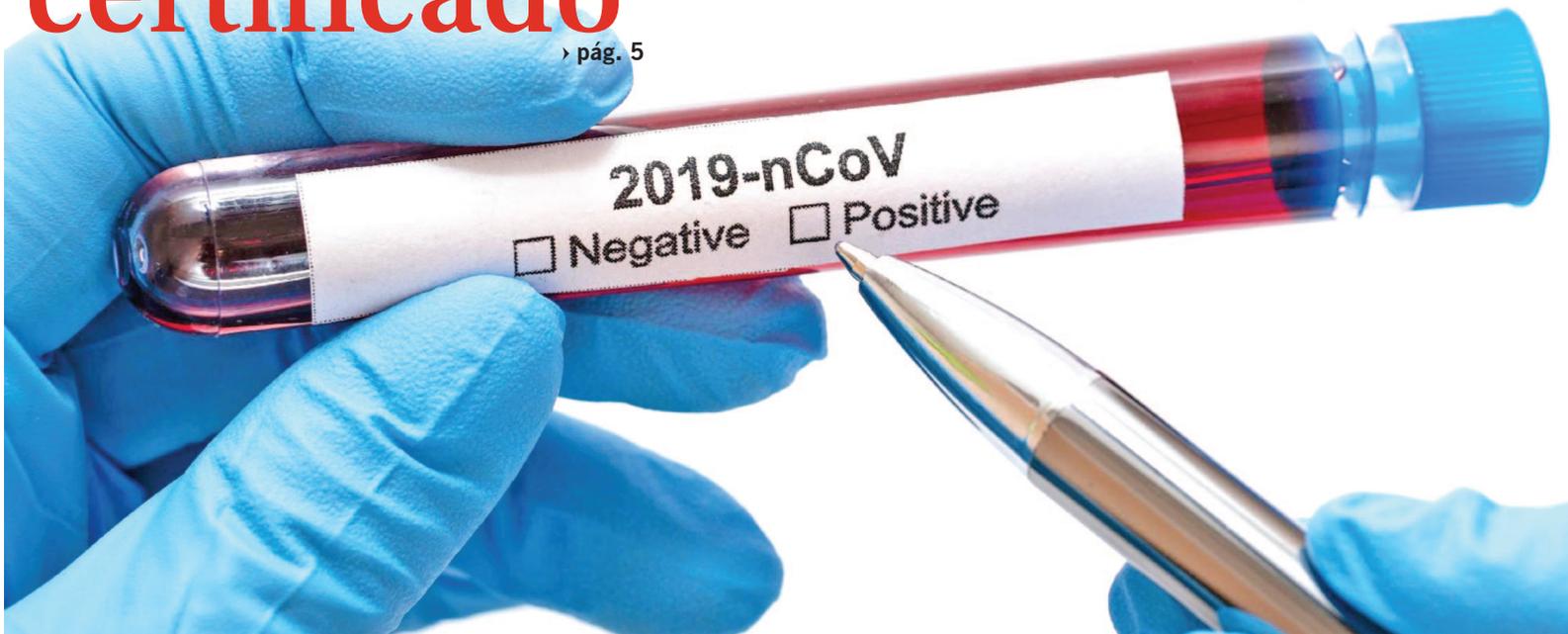
NÓS VAMOS ATÉ SI... www.albifast.pt

GAMA DE COMERCIAIS | VEÍCULOS COM IVA DEDUTÍVEL
PVP: SOB CONSULTA • ACEITAM-SE RETOMAS | FINANCIAMENTO ATÉ 120 MESES C/ OU S/ ENTRADA

TESTES AO COVID-19

ULSCB tem laboratório certificado

› pág. 5



IDANHA-A-NOVA

Chegada de grupo de Romanos ao Concelho gera polémica

› pág. 12

PROENÇA-A-NOVA

Dia de Santa Cruz comemorado em formato digital

› pág. 11

VILA VELHA DE RÓDÃO

Desenhos sensibilizam para prevenção dos maus-tratos infantis

› pág. 10

CASTELO BRANCO

Luís Correia defende-se e oposição não poupa críticas

› págs. 6 e 7

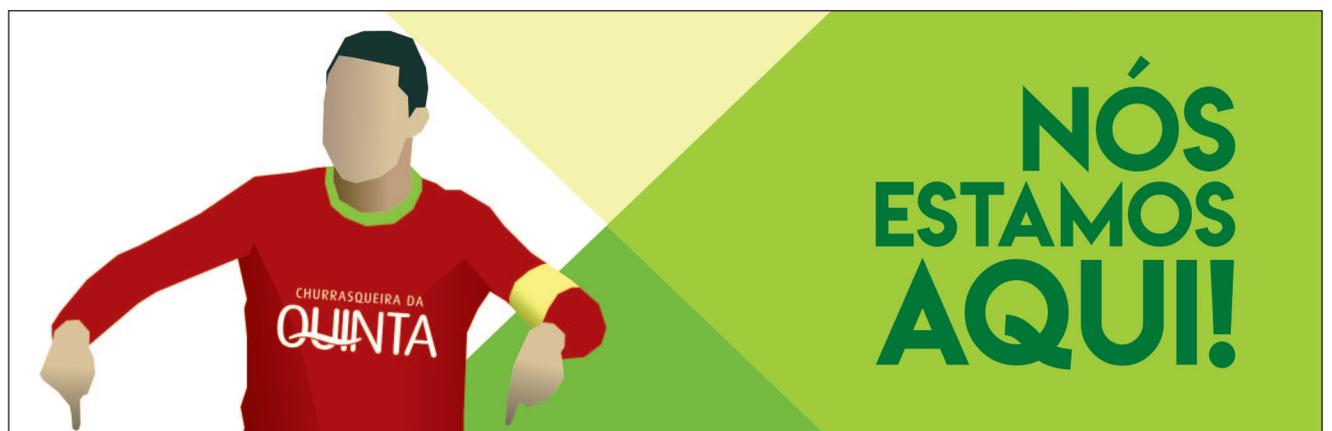


JOSÉ PAULO, Lda.
ARMAZÉM DE FERRO | CASTELO BRANCO

O SEU PARCEIRO DE CONFIANÇA!

PRODUTOS SIDERURGICOS DE QUALIDADE
COM SOLUÇÕES À SUA MEDIDA COM FLEXIBILIDADE DE PREÇOS

Loja 1: Rua Sto António - Loja 2: Cruz do Montalvão
Telfs.: 272 331 243 - 272 340 280 - CASTELO BRANCO
E-mail: fsilvajpl@gmail.com - rep.comercialjpl@gmail.com



CHURRASQUEIRA DA
QUINTA

NÓS ESTAMOS AQUI!

Gazeta

DO INTERIOR

CONSELHO EDITORIAL
António Salvado,
e Pedro Roseta

DIRETOR
João Carlos Antunes
direcao@gazetadointerior.pt

REDAÇÃO
redacao@gazetadointerior.pt
Chefe de redação
António Tavares (CP 1527 A)
tavares@gazetadointerior.pt
Colaboradores permanentes:
Clementina Leite (CO778)
Paulo J. Fernandes Marques -
Zona do Pinhal

desporto@gazetadointerior.pt

Colaboradores de Desporto: Manuel Geraldes, João Perquilhas, Joaquim Ribeiro, Leal Martins, Luís Ferreira, Luís Seguro, Luís Teixeira, Miguel Malaca, Paulo Serra, Rui Fazenda, RCB.

CORRESPONDENTES
Lardosa: Manuel Teles.
Nisa: José Leandro, Mário Mendes.
Oleiros: José Marçal.
Penamacor: Agostinho Ribeiro.
Preença: Jorge Cardoso e Martins Grácio.
Retaxo: José Luís Pires.
Sertã: António Reis, João Miguel e Manuel Fernandes.
Vila de Rei: Jorge Sousa Lopes.

COLABORADORES
Abílio Ladeiras, Alfredo Margarido, Alexandre Frade Correia, Alice Vieira, Alzira Serrasqueiro, Antonieta Garcia, António Abrunhosa, António Barreto, António Branquinho Pequeno, António Brotas, António Fontinhas, António Maia (Cartoon), Armando Fernandes, Beja Santos, Carlos Correia, Carlos Semedo, Carlos Sousa, Diário Digital Castelo Branco, Duarte Moral, Duarte Osório, Eduarda Dionísio, Eduardo Marçal Grilo, Elsa Ligeiro, Fernanda Sampaio, Fernando Machado, Fernando Penha, Fernando Raposo, Fernando Rosas, Fernando Serrasqueiro, Fernando de Sousa, Guilherme d' Oliveira Martins, Lopes Marcelo, João Belém, João de Sousa Teixeira, João Camilo, João Carlos Antunes, João Carlos Graça, João de Melo, João Correia, João Mesquita, João Ruivo, Joaquim Duarte, Jorge Neves, José Balonas, José Castilho, José Dias Pires, José Sanches Pires, Luís Costa, Luís Moita, Mafalda Catana, Maria de Lurdes Gouveia da Costa Barata, Manuel Villaverde Cabral, Maria Helena Peixoto, Maria João Leitão, Maria Manuel Viana, Miguel Sousa Tavares, Orlando Fernandes, Pedro Arroja, Pedro Salvado, Preto Ribeiro (Cartoon), Rui Rodrigues, Santolaya Silva, Santos Marques, Tomás Pires (Cartoon), Valter Lemos.

Estatuto Editorial em: www.gazetadointerior.pt/informacoes/estatuto-editorial.aspx

PROPRIEDADE E EDIÇÃO
INFORMARTE - Informação Regional, SA
CF. n.º 502 114 894 N.º de Registo 113 375
Rua Sr.ª da Piedade, Lote 3A - 1.º Escri. 3,
6000-279 CASTELO BRANCO

Detentores de mais de 5% do Capital:
Adriano Martins, Carlos Manuel Santos Silva, Centroliva, S.A., Fernando Pereira Serrasqueiro, Joaquim Martins, José Manuel Pereira Viegas Capinha e NOV Comunicação SGPS, S.A..

ADMINISTRADORES
João Carlos Antunes
Maria Gorete Almeida
administracao@gazetadointerior.pt

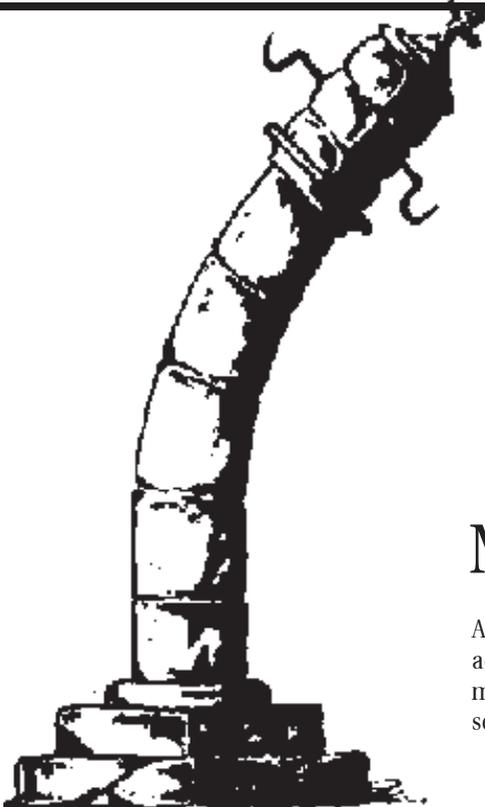
SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E COMERCIAIS
publicidade@gazetadointerior.pt
Gorete de Almeida
gorete@gazetadointerior.pt

IMPRESSÃO
Fábrica de Igreja Paroquial de S. Miguel da Sé de Castelo Branco
Rua S. Miguel nº 3
6000-181 Castelo Branco

DISTRIBUIÇÃO
Informarte, S.A.
Tiragem Semanal 5 000

ASSINATURAS ANUAIS
assinaturas@gazetadointerior.pt
Nacional: 21,20€ c/ IVA
Estrangeiro: 35,00€ c/ IVA

SEDE, REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Sr.ª da Piedade, Lote 3A - 1.º Escri. 3,
6000-279 CASTELO BRANCO
Telef.: 272 32 00 90



MÁSCARAS

A artista plástica Rosário Bello criou, entre várias máscaras de proteção, aquela que representa o símbolo da cidade de Castelo Branco. No momento em que a pandemia de COVID-19 assola o País, a criatividade faz-se sentir das mais variadas formas.



Apontamentos da Semana...



João Carlos Antunes

COMO É DO CONHECIMENTO GERAL, A COMUNICAÇÃO SOCIAL em geral, em particular a Imprensa e rádio local e regional, têm desde há algum tempo enfrentado graves problemas económicos derivados dos custos de produção elevados e redução de receitas. A generalidade da Imprensa está desde há vários anos a confrontar-se com uma diminuição constante do número de leitores que agora têm acesso fácil e quase sempre gratuito a conteúdos informativos na *Internet*. A principal fonte de receita não é a venda em banca, é a publicidade. E na Imprensa local, que está muitas vezes a servir uma região com um tecido económico conservador, com empresas que não veem na publicidade uma mais valia para o seu negócio, tem um peso importante a publicidade institucional, das autarquias e organismos da administração local. Os dias da Imprensa regional e local foram mais difíceis a partir do momento que se decidiu acabar com o porte pago, uma forma de apoiar a Imprensa regional, que tem uma importante fatia dos seus leitores em assinatura, com os custos do envio do jornal a serem suportados pelo Estado. A situação agravou ainda com a lei que obrigou a Imprensa local e regional às mesmas

regras a que obedecem as outras empresas a que o poder local contrata serviços, uma machadada fatal na sobrevivência da Comunicação Social local, porque impede as autarquias de utilizar os meios de Comunicação da sua localidade ou região para fazer divulgar na totalidade as atividades de animação popular e de cultura por si promovidas. E estamos na atual crise, provocada pela pandemia, que pode levar ao fecho de mais de metade dos jornais segundo a perspetiva de João Palmeiro, presidente da Associação Portuguesa de Imprensa, com o Governo a lançar um plano de emergência, tendo o secretário de Estado do Cinema, Audiovisual e Media, Nuno Artur Silva, explicado que a ajuda passa pela compra antecipada de publicidade institucional. Falta saber como será feita a distribuição da ajuda, que não vem resolver a crise, será apenas um paliativo. Só desejamos que os critérios de distribuição sejam claros e transparentes... Se como os governantes presentes no momento da divulgação da iniciativa desejam e consideram indispensável para a democracia um “jornalismo livre, isento, independente e plural”

Nem de propósito, depois de as redes sociais bem orquestradas por centrais de *fake news* terem divulgado durante dias a informação de que Tasaku Honjo, médico japonês e Prémio Nobel, terá garantido que a sua experiência de 40 anos de pesquisa lhe garantia a origem não natural do vírus, que seria completamente artificial, ele veio lamentar que o seu nome e a sua universidade tenham sido envolvidos numa completa mentira, numa campanha de desinformação. Por isso mais uma vez se confirma a importância da Imprensa na sociedade democrática. Confiam nos jornais sérios onde os jornalistas têm rosto.

Entrevista.com

por António Fontinhas



Luís Tinoco

Compositor nas horas vagas. Professor e colaborador da rádio *Antena 2* nas restantes horas (laborais).

O que não sabe fazer?

A tarte de amêndoas da minha mãe.

O que faz num dia de chuva?

Compro um guarda-chuva para substituir o anterior, que deixei esquecido em algum lado.

Os seus heróis da infância?

O Mr. Magoo, o Droopy e o Speedy Gonzalez.

Do que duvida?

De tudo o que me oferece dúvidas.

Um ritual de que não prescinde?

The Rite of Spring.

A ideia preconcebida que o transtorna?

A ideia de elitismo, quando aplicada ao que não se conhece suficientemente.

A coisa mais ridícula que fez por amor?

Se foi por amor, não foi ridícula.

Qual a figura pública com quem gostaria de se cruzar num elevador?

Não posso responder publicamente. Mas não desisto de andar de elevador.

Para si, a inspiração é...?

Transpiração.

Um truque para adormecer?

Preciso de truques apenas para ficar acordado.

MARIA DE SOUSA (1939-2020)



GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

Poucos dias antes de morrer, Maria de Sousa (1939-2020), que amava as artes, a poesia, a literatura, a filosofia, a música e a cultura, escreveu o poema “Carta de Amor numa Pandemia Virica”. Maria de Sousa foi uma médica, bióloga e mulher de cultura e de ciência de exceção, que nos deixou vítima do terrível vírus que nos assola. Lembramo-nos do seu livro “Meu Dito, Meu Escrito” (Gradiva, 2014), onde se encontra a força e a alegria da sua personalidade única. Era Professora Emérita da Universidade do Porto e fez um brilhante percurso internacional no Reino Unido (onde foi bolsista da Fundação Calouste Gulbenkian) e nos Estados Unidos. Encontrei sempre em Maria de Sousa, que conheci em 1985, o genuíno entusiasmo de quem procura em cada momento o modo de chegar à dignidade humana pela vida, pelas ideias, pelo entendimento da complexidade, pela compreensão de que a descoberta corresponde ao sentido crítico e ao permanente inconformismo. Daí dar tanta importância ao desassossego, que nos leva ao exemplo, à aprendizagem e à experiência. Em 1966 tornou-se notada ao publicar no “Journal of Experimental Medicine” e na “Nature” dois artigos relatando descobertas fundamentais em imunologia na sequência de estudos realizados nos laboratórios do “Experimental Biology do Imperial Cancer Research Fund” em Mill Hill (Londres). Numa notável entrevista a Anabela Mota Ribeiro, explicou, com uma grande simplicidade, o que fez nesse tempo: «Creio que todos saberão que temos linfócitos a circular. O que muitos não saberão é que os linfócitos não são uma população homogénea, com a mesma pátria. Uns nasceram no timo e saíram para a circulação no período a seguir à nascença, outros fora do timo, na medula óssea. Essa distinção não era clara em 1964. Ainda se pensava que talvez viessem todos do timo. O meu trabalho consistiu na observação de lâminas de cortes de órgãos linfáticos periféricos de ratinhos que tinham tido o timo removido no período neonatal. As minhas observações

demonstravam que esses animais timectomizados à nascença ainda tinham linfócitos. E mais, os espaços vazios de linfócitos eram distintos dos espaços onde havia linfócitos, o que significava que as células pareciam saber para onde ir. Isso foi posteriormente demonstrado como uma técnica importante, a autoradiografia, que permitia seguir células marcadas. As do timo iam para o território a que chamámos área dependente do timo (tda) e que hoje é conhecida por Área T. E achei esse fenómeno de as células saberem para onde vão tão importante que lhe dei (em 1971) um nome: Ecotaxis».

Quando regressou a Portugal, desempenhou um papel fundamental na Universidade do Porto, no Instituto Abel Salazar, mas também, ao lado de José Mariano Gago no lançamento da política científica nacional. Como afirmou Manuel Valsassina Heitor: «Foi com a Maria de Sousa, com Fernando Lopes da Silva, que aprendemos a ser sujeitos em Portugal a avaliação científica independente, quando José Mariano Gago era presidente da JNICT no final dos anos 1980. Inicialmente testada para as ciências da vida sob a liderança da Maria, esta prática que hoje nos parece tão óbvia, só viria a ser alargada a todas as outras áreas científicas há 25 anos, com a criação do Ministério da Ciência e Tecnologia». Não por acaso, Maria de Sousa citava muitas vezes o grande Garcia de Orta: «O que sabemos é a mais pequena parte do que ignoramos». E entendamos que se trata de um verdadeiro programa de vida e de conhecimento. Só essa atitude nos permite compreender como o espírito científico é uma busca permanente, de insatisfação, de persistência, de tentativa e erro, de regresso constante ao que podemos saber mais. Quando morreu o nosso comum amigo José Mariano, a Maria de Sousa, grande leitora e amante de poesia e de arte, escreveu: «Há os que passam e os que ficam / Há os que ficam onde os seus restos mortais ficarem ou cinzas forem dispersas / Há os que ficam nos que lhes são mais próximos: amores, filhos, mãe, amigos, mulher, etc. / Há os que ficam em muitos outros desconhecidos / Há em geral espaços em que todos ficamos

mortos / Mas no tempo, na transformação do tempo / Só um ou outro raro e belíssimos no fazer e no fazer-se / Ficar. / Como este assim / Que será sempre encontrado no tempo todo / Na história da ciência na Europa / E neste nosso país / Transformando o nosso tempo / Transformando-nos pelo seu Fazer / No Seu Fazer-se». E podemos dizer que nestas belíssimas palavras, encontramos facilmente também a sua autora, uma vez que, de facto, entendeu “o tempo todo”, compreendendo que nos transformamos pelo que fez no sentido do que fazemos.

Francisco Pinto Balsemão recordou, aliás, no “Expresso”, as extraordinárias qualidades de quem “sabia e sabia muito e explicava bem” e sobretudo que não havia domínio da cultura que lhe fosse estranho. Sou testemunha pessoal disso mesmo. E se era uma pessoa de esperança, era-o de fino humor, mas sobretudo de querer e de esperança, como fica bem evidente no último poema que escreveu:

«Carta de amor numa pandemia vírica.

Gaitas-de-fole tocadas na Escócia / Tenores cantam das varandas em Itália / Os mortos não os ouvirão / E os vivos querem chorar os seus mortos em silêncio / Quem pretendem animar? / As crianças? / Mas as crianças também estão a morrer / Na minha circunstância / Posso morrer / Perguntando-me se vos irei ver de novo / Mas antes de morrer / Quero que saibam / O quanto gosto de vós / O quanto me preocupo convosco / O quanto recordo os momentos partilhados e queridos / Momentos então / Eternidades agora / Poesia / Riso / O sol-pôr / no mar / A pena que a gaivota levou à nossa mesa / Pequeno-almoço / Botões de punho de ouro / Amagnólia / O hospital / Meias pijamas e outras coisas acauteladas / Tudo momentos então / Eternidades agora / Porque posso morrer e vós tereis de viver / Na vossa vida a esperança da minha duração.

3 de abril de 2020».

Onze dias depois, apenas, deixou-nos, recordando a plena vitalidade e o apego à vida que se comunica em permanência. E assim a sua memória está bem viva, como exemplo e como apelo a que a educação e a ciência de mãos dadas possam criar vias de esperança, sobretudo neste momento de incerteza e perplexidade. Como disse Sófocles: “Inúmeras são no mundo as maravilhas, mas nenhuma que ao homem se compare. É o ser dos recursos infindáveis”.

POLÍTICA DA IGNORÂNCIA OU DO CONHECIMENTO?



VALTER LEMOS

A pandemia de Covid 19 veio introduzir uma profunda rutura no estilo de vida da esmagadora maioria dos países em todo o mundo. Trata-se de uma situação sanitária, mas com profundas consequências em todas as dimensões sociais, económicas e políticas.

A dimensão económica vai atingir níveis de crise superiores aos do início da década, ou seja, dos mais elevados dos últimos cem anos, ainda que haja esperança que a retoma ocorra com maior rapidez do que nas crises anteriores.

Mas as crises são o teste do algodão em política. A consistência dos políticos, designadamente dos governantes, fica bem à vista em tempos de crise e o corona vírus mostrou-se especialmente crítico para os demagogos e os populistas, porque as pessoas perceberam rapidamente que não era com discursos vazios ou com credices que o problema podia ser enfrentado. Perceberam que a questão era séria e que exigia que os políticos se guiassem pela sensatez e principalmente pelo conhecimento racional, científico e seguro.

A ciência política mostra-nos que há duas fontes principais para as políticas públicas: a crença e o conhecimento. Os políticos tomam decisões com base em crenças ou com base no conhecimento disponível. Desta vez as pessoas pareceram ter percebido, pelo menos maioritariamente, que a segunda hipótese é provavelmente mais segura para si próprias e para os outros.

E a evolução da situação parece comprovar isso. As lideranças políticas populistas mostraram bem a sua impreparação e a infelizmente correspondente irresponsabilidade.

Bolsonaro e Trump são gritantes exemplos da catástrofe política que constituem as lideranças políticas populistas. A arrogância da ignorância e da estupidez em todo o seu fulgor.

As consequências da sua inqualificável conduta política ainda estão por entender na sua totalidade. Mas quantas pessoas foram e serão contaminadas e quantas até terão morrido ou virão a morrer, em consequência da influência do discurso político e das decisões daquelas lideranças?

Além da ignorância, da boçalidade e da imaturidade manifestas em grande parte das suas intervenções, ressalta ainda uma chocante falta de respeito e consideração pela vida e pela condição humana, que vai além do populismo e já se confunde com

“**Bolsonaro e Trump são gritantes exemplos da catástrofe política que constituem as lideranças políticas populistas. A arrogância da ignorância e da estupidez em todo o seu fulgor**

doutrinas autoritárias e repressivas.

Curiosa é a situação de Boris Johnson e do Reino Unido, que tendo ensaiado uma atitude semelhante à de Trump, arrepiaram caminho drasticamente. Terá sido pela contaminação do próprio Boris Johnson ou pela maior solidez das instituições e da cultura britânica?

A crise do COVID 19 vai deixar muitas lições, do ponto de vista sanitário e médico, do ponto de vista económico e social, mas, esperemos que também do ponto de vista político. Esperemos que, após a pandemia, se tenha percebido que o destino dos países e das pessoas são demasiado importantes para serem entregues à gestão da ignorância, da credice, da fanfarronice, da imaturidade política.

Essa pode vir a ser uma das poucas boas consequências desta tão malévolos situação. Bem como a intensificação da cooperação científica e técnica que, estando a ocorrer entre laboratórios e universidades de muitos e diversos países, poderá permitir avanços rápidos na procura de soluções médicas para esta situação, mas, também para muitas outras no futuro.

E poderá haver ainda uma outra consequência positiva que tem vindo a ser referida. A contribuição para a diminuição da poluição e das alterações climáticas. A situação tem vindo a mostrar, que, afinal, podemos ser capazes de uma intervenção eficiente em tão decisivo combate para a espécie humana. Para isso é preciso, mais uma vez, em primeiro lugar, basear a política no conhecimento disponível e não na ignorância ou em credices e tomar decisões sensatas, seguras e consistentes.

Não são as crenças sobre as superioridades culturais ou ideológicas ou os nacionalismos ou os discursos fanfarrões, demagógicos e populistas que nos conduzem à resolução dos problemas. São as decisões sensatas baseadas no melhor conhecimento possível que melhoram o mundo e a vida das pessoas.

Comboio abalroa viatura junto a Alpedrinha

Um comboio que circulava na Linha da Beira, na manhã do passado sábado, 2 de maio, abalroou uma viatura ligeira, numa passagem, junto a Alpedrinha, no Concelho do Fundão.

Do acidente resultaram dois feridos ligeiros, ocupantes da viatura, que foram assistidos no local e recusaram ser transportados ao hospital.

O alerta para o acidente foi dado às 10h38 e no terreno estiveram os bombeiros, com uma viatura e dois operacionais, o Instituto Nacional de Emergência Médica (INEM), com uma viatura e dois elementos; a Guarda Nacional Republicana (GNR), com uma viatura e dois militares; e a Infraestruturas de Portugal, com uma viatura e um elemento.

Polícia fiscaliza condutores e peões por causa do COVID-19

O Comando Distrital de Castelo Branco da Polícia de Segurança Pública (PSP), no âmbito do Estado de Emergência, intensificou a fiscalização em diversos pontos de Castelo Branco e da Covilhã, entre os dias 24 e 26 de abril. Nesse período de tempo foram fiscalizados 738 condutores, dos quais 21 foram impedidos de prosseguir, enquanto na via pública foram interpeladas 282 pessoas, das quais 32 foram aconselhadas a regressar à sua residência, por se encontrarem

em violação ao Dever especial de proteção e Dever geral de recolhimento domiciliário, constantes no Decreto n.º 2-C/2020 de 17 de abril.

Já no âmbito do Estado de Emergência e do Estado de Calamidade, entre os dias 1 e 3 de maio, foram fiscalizados 949 condutores, dos quais cinco foram impedidos de prosseguir a sua marcha e interpeladas na via pública 47 pessoas, das quais 10 foram aconselhadas a regressar à sua residência.

Homem identificado por furtos em Idanha-a-Nova

O Comando Territorial de Castelo Branco da Guarda Nacional Republicana (GNR), através do Núcleo de Investigação Criminal (NIC) de Idanha a Nova, identificou, dia 29 de abril, um homem, de 53 anos, por furtos de material agrícola, em Medelim, Concelho de Idanha a Nova.

No âmbito de uma investigação relacionada com dois furtos em residências e propriedades agrícolas, em que o suspeito, entrava nas instalações através de arrombamento de portas, os militares deram cumprimento a um

mandado de busca domiciliária, que permitiu recuperar e apreender um trator; um compressor de azeitona para trator; um gerador a gasolina; caixas de ferramentas, latas de tinta, diluentes; componentes de tratores; duas motosserras; um macaco hidráulico e outros materiais.

Os artigos serão entregues aos proprietários após serem reconhecidos pelos mesmos.

O suspeito foi constituído arguido e os factos remetidos para o Tribunal Judicial de Idanha-a-Nova.

DESDE 2 DE MAIO

Búlgaro suspeito da morte de Holandesa está em prisão preventiva

O homem Búlgaro é suspeito de ter assassinado com uma arma branca a cidadã Holandesa num casebre a que depois deitou fogo

O homem Búlgaro de 33 anos suspeito da morte de uma Holandesa de 62 anos, no Concelho de Idanha-a-Nova, está em prisão preventiva, desde o passado sábado, 2 de maio.

Em nota enviada à Comunicação Social, a Câmara de Idanha-a-Nova, afirma que “no sentido de tranquilizar a população do nosso concelho, informa que Chisto Peev, suspeito de ter assassinado Iris Alba, cidadã de Idanha-a-Nova, encontra-se desde hoje (2 de maio) em prisão preventiva no Estabelecimento Prisional de Castelo Branco, segundo informação da Guarda Nacional Republicana (GNR)”.

A Câmara acrescenta ainda que “este cidadão Búlgaro, de 33 anos, ficara inicialmente libertado, com Termo de Identidade e Residência, por ordem



O presumível autor do crime estava com termo de identidade e residência

do Tribunal”.

Recorde-se que a Polícia Judiciária (PJ), através do Departamento de Investigação Criminal da Guarda e com a colaboração da Guarda Nacional Republicana (GNR) de Idanha-a-Nova, identificou e deteve um homem suspeito da autoria de um crime de homicídio qualificado e um crime de incêndio no local onde a vítima pernoitava esporadicamente.

Os factos terão ocorrido no fim de semana de 18 e 19 de abril, em Idanha-a-Nova, tendo a Polícia Judiciária sido informada dos factos apenas dia

20 de abril, quando familiares da vítima estranharam a ausência de notícias da parte da mesma.

A vítima, com 62 anos, de nacionalidade holandesa, terá sido primeiramente atingida com recurso à utilização de arma branca e depois abandonada no local, uma espécie de casebre que, entretanto, foi incendiado. O incêndio consumiu por completo o local, tendo o cadáver da vítima sido localizado apenas dia 20 de abril, após o pedido de auxílio de familiares da vítima, residentes no estrangeiro.

O detido, com 33 anos, resi-

dente em Portugal há aproximadamente seis anos, sem qualquer ocupação profissional conhecida, foi presente a Tribunal, ficando com Termo de Identidade e Residência (TIR), como medida de coação.

No entanto, na passada quinta-feira, 30 de abril, o homem foi detetado pela GNR, nas proximidades de Penha, quando, supostamente, tentava fugir para Espanha. Por se encontrar fora da Freguesia de Idanha-a-Nova, de onde não podia sair, foi detido e de novo presente a Tribunal, acabando por lhe ser aplicada a medida de prisão preventiva.

Prazo de limpeza de terrenos prolongado até dia 31 de maio

Os proprietários têm até ao dia 31 de maio para fazer a limpeza dos seus terrenos, no âmbito das medidas de prevenção de incêndios rurais previstas legalmente.

A prorrogação do prazo, de 30 de abril para 31 de maio, foi determinada através do Decreto-Lei n.º 20/2020, que altera as medidas excecionais e temporárias relativas à pandemia do COVID-19.

O Decreto-Lei determina

ainda que, até 30 de junho, os municípios garantem a realização de todos os trabalhos de gestão de combustível nos termos previstos na lei, devendo substituir-se aos proprietários e outros produtores florestais em incumprimento.

Neste contexto, a Guarda Nacional Republicana (GNR) vai prosseguir a Operação Floresta Segura 2020, que permitiu já a realização de 3.330 ações de sensibilização, que alcançaram

53.871 pessoas. O plano de monitorização/sensibilização das 1.114 freguesias prioritárias, e de mais 670 freguesias não prioritárias, levou já à identificação de 23.968 situações que carecem de intervenção até ao final do prazo.

Ao longo da Operação Floresta Segura 2020, a GNR tem o registo de oito detidos e 44 identificados pela prática de incêndio florestal, tendo ainda sido elaborados 290 autos de contra-

ordenação por infração das regras de queimas e queimadas.

Note-se ainda que, continuando a prevenção e o reforço dos meios de combate a incêndios a ser uma prioridade do Governo, a Comissão Nacional de Proteção Civil aprovou, a 28 de abril, o Dispositivo Especial de Combate a Incêndios Rurais para 2020 e que contará, no nível de maior empenhamento, com 11.825 elementos, mais três por cento face ao ano passado.

SOLICITADORES

Cristina Barata
Tânia Preto
solicitadoras

Rua de S. Miguel, N.º 7, 1.º andar C
(gaveto da Sé) 6000-181 Castelo Branco
Tel.: 272 084 684
Telm.: 934 587 673 - 964 729 652

Escº 2: Av. Aug. Duarte Beirão, n.º 6 6000-621 Retaxo Tel./fax: 272 989 281
Escº 3: Av. Marginal, 6282 r/c esq. 2765-586 São João do Estoril Telm.: 962 082 114

UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DE CASTELO BRANCO

Laboratório tem certificação para realização de testes COVID-19

Após ensaio, o Serviço de Patologia Clínica da ULSCB foi considerado apto para a realização de testes em tempo real

O laboratório da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco (ULSCB) acaba de ser certificado para a realização de testes SARS-CoV-2 (COVID-19).

Refira-se que o diagnóstico

laboratorial do SARS-CoV-2 é realizado em laboratórios hospitalares da Rede Portuguesa de Laboratórios para o Diagnóstico do SARS-CoV-2, na rede complementar de laboratórios privados, laboratórios de universidades e centros de investigação e outros laboratórios habilitados para o efeito, sendo que, a nível nacional, existem 31 laboratórios com capacidade para a realização destes testes laboratoriais.

O Serviço de Patologia Clínica da ULSCB passou desde dia 26 de abril a pertencer à Rede Portuguesa de Laboratórios para o Diagnóstico Laboratorial da COVID-19.

O Serviço foi considerado

apto após realização de um ensaio interlaboratorial no qual foram processadas amostras de resultado desconhecido enviadas para o Laboratório de Referência Nacional - Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge.

No Serviço de Patologia Clínica da ULSCB estão já a ser realizados testes para a deteção do vírus SARS-CoV-2, pela metodologia de referência de rtPCR em tempo real, sendo previsível um aumento gradual do número de amostras processadas diariamente até à completa internalização das amostras recolhidas na área de Influência da ULSCB.

Por outro lado a plataforma

REPÚBLICA PORTUGUESA | SNS SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE | Instituto Nacional de Saúde

Rede Portuguesa de Laboratórios para o Diagnóstico Laboratorial da COVID-19

Parecer para o diagnóstico laboratorial do SARS-CoV-2

Laboratório: Serviço de Patologia Clínica – Unidade Local de Saúde de Castelo Branco
Morada: Av. Pedro Álvares Cabral, 6000-085 Castelo Branco
Diretora de Serviço: Mariana Martins
Email: labresultados@ulscb.min-saude.pt | Telefone: 272000272

A avaliação dos laboratórios para a realização do diagnóstico da COVID-19 considera os seguintes parâmetros:

Parâmetros	Condições/Métodos Plataforma de registos	Observações	Conclusão
Registo da Informação e resultados laboratoriais	SINAVELAB S		Apto X Não apto
Ensaio Inter-laboratoriais	Foram testadas 8 amostras com resultados confirmados em 100% das amostras		Apto X Não apto

Parecer técnico e científico: De acordo com as informações disponibilizadas pelo responsável do laboratório, reúne as condições técnicas e metodológicas.

Parecer Laboratorial: Aprovado para a realização do diagnóstico COVID-19, no pressuposto do cumprimento das condições de Biossegurança e demais requisitos legais.

Nota: Deverá ser assegurado o mecanismo de convenção com a ACSS, se aplicável, através da respectiva ARS e garantir o preenchimento do SINAVELAB, com reporte, diário, do número de testes (totais e positivos) ao INSA.

Data: 26/ 04 /2020 | Responsável: *Raquel Guiomar* (Raquel Guiomar)

Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge, I.P.
Av. Padre Cruz, 1649-016 Lisboa PORTUGAL
INSA-INSIS, IRL | TEL +351 217 519 200 | FAX +351 217 526 400 | EMAIL info@insa.min-saude.pt | www.insa.pt | Página 1 de 1

O parecer enviado à ULSCB

de diagnóstico molecular rápido GeneXpert® permite já adaptação da capacidade diagnóstica às situações clínicas de maior urgência.

Esta certificação só foi pos-

sível devido a uma parceria através do Serviço de Patologia Clínica da ULSCB, do Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) e da Câmara de Castelo Branco.

Instituto Politécnico realiza testes COVID-19

O Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) vai efetuar testes de despistagem do COVID-19 junto de utentes e trabalhadores das Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI) e Serviço de Apoio Domiciliário (SAD). A realização dos testes surge de uma parceria tripartida entre o Politécnico, a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco (ULSCB) e a Câmara de Castelo Branco.

A estrutura funciona no Hospital Amato Lusitano (HAL) de Castelo Branco, e para além dos equipamentos do Hospital dispõe de equipamentos cedidos pelo Politécnico, através da Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias (ESALD) de Castelo Branco e da Escola Superior Agrária (ESA) de Castelo Branco, pelo Centro de Biotecnologia de Plantas da Beira Interior (CBP-BI) e pelo Centro Tecnológico de Apoio ao Agroalimentar (CATAA), numa parceria que



se estende aos recursos humanos.

O presidente do Politécnico, António Fernandes, refere que a montagem do laboratório é um sinal de grande afirmação da parceria institucional criada, que permitiu, du-

rante cerca de um mês, desenvolver de forma silenciosa e discreta um amplo trabalho que conduziu à certificação do laboratório pelo Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge. A opção de responder a este desafio foi apostar numa

estratégia conjunta, incluindo diferentes instituições, que colaboraram entre si na disponibilização de consumíveis, equipamento e apoio técnico.

O Politécnico realça que da sua parte “foi fundamental, na fase de arranque, o papel do

diretor da ESALD, Francisco Rodrigues, bem como dos docentes Joana Liberal, da ESALD, e José Carlos Gonçalves, da ESA” e acrescenta que “no IPCB, a realização dos testes conta a disponibilidade de docentes e de técnicos superiores da ESALD e da ESACB, estando na linha da frente Joana Liberal, Liliana Silva, Carlos Reis, Cristina Pintado, Cláudia Marcos, Tatiana Diamantino, Elsa Almeida e Manuela Goulão. A capacidade atual é de cerca de 100 testes por dia, que poderá vir a ser aumentada”.

É ainda adiantado que, em breve, prevê-se a assinatura de um protocolo entre o Politécnico e o Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, com a finalidade de estabelecimento de uma parceria técnica, logística e financeira que tem como objetivo promover o apoio às populações mais.

Editorial

ANTÓNIO TAVARES



Este sábado, 9 de maio, é comemorado o Dia da Europa, que tem como finalidade festejar a paz e a unidade do continente europeu.

A efeméride coincide com a conhecida Declaração Schuman, quando num discurso proferido em 1950, em Paris, o então Ministro dos Negócios Estrangeiros francês, Robert Schuman, apresentou uma proposta que se considera que deu início à atual União Europeia.

Agora, já em pleno Século XXI, a Europa conhece uma nova realidade, originada pela pandemia de COVID-19.

Uma nova realidade que coloca muitos problemas, desde logo, ao nível da saúde, mas, também, na vertente económica e outras.

Por isso, mais que nunca é necessário manter as bases do Dia da Europa, festejando a paz e a unidade do continente europeu.

Mas, se em relação à paz não se vislumbram dificuldades, o mesmo já não se poderá dizer em relação à segunda.

Se é verdade que por razões óbvias, de ordem geográfica, a unidade da Europa não está em causa, o mesmo não se passa com a União Europeia. Aliás, a União Europeia, não se duvide, está a enfrentar uma verdadeira prova de fogo. Ou seja, a pandemia de COVID-19 pode, na pior das hipóteses, colocar em causa o seu futuro, já a curto prazo. Mas, se tudo correr como é desejável, também pode ter um resultado final bem diferente, dando uma nova vida e consistência à União Europeia. Tudo depende da união e espírito de ajuda de cada um dos 27 Estados-Membros. Algo que devido à situação difícil que se está a atravessar, tem resultado em atitudes pouco unionistas de alguns países, mas que dá ténues sinais de ser uma dificuldade que será ultrapassada, para bem de todos, pois uma União Europeia forte e coesa só trará vantagens.

BLOCO DE ESQUERDA REPROVA ATUAÇÃO DE LUÍS CORREIA

“Continua a manifestar um apego inadmissível ao poder”

O Núcleo de Castelo Branco do Bloco de Esquerda (BE), depois de recordar, em comunicado, o processo que envolve o presidente da Câmara de Castelo Branco, Luís Correia, afirma que “sabe-se agora, pela Imprensa regional, que o visado ainda vai apresentar recurso junto do Tribunal Constitucional, no sentido de reverter a sentença validada nas instâncias referidas, mantendo-se assim na liderança da Câmara Municipal de Castelo Branco”.

Para os bloquistas “as ilegalidades cometidas foram amplamente confirmadas e o autarca, que inicialmente declarou tratar-se de «um lapso evidente e ostensivo», continua a manifestar um apego inadmissível ao poder, com o claro intuito de manter funções até ao final do mandato que ocorre em 2021”.

Perante isto o Bloco de Esquerda defende que “o poder local não pode continuar a pactuar com estas práticas, sob pena de se perpetuar o défice

da transparência autárquica, sem os valores que abril quis introduzir na sociedade portuguesa, sem a responsabilidade política da gestão da causa pública, sem respeito pelos eleitores que são os destinatários das decisões tomadas”.

No comunicado é também recordado que “em maio de 2019, o Núcleo Concelhio de Castelo Branco do Bloco de Esquerda quis ver esclarecidos os vários casos conhecidos que envolveram eleitos e dirigentes do Partido Socialista, como é este caso”, para destacar que “todo este rol de situações, que envolvem dinheiros públicos, devem ser devidamente punidos. A democracia assim o exige e aguardamos que as responsabilidades políticas sejam assumidas, sob pena do edifício democrático continuar a ser minado e darem razão a todos aqueles que querem regressar a um passado distante e que já regista alguns afloramentos a nível europeu”.

JSD acusa Luís Correia de “atitude narcisista e imatura”

A Concelhia da Juventude Social Democrata (JSD) Castelo Branco, após o Supremo Tribunal Administrativo (STA) confirmar a perda de mandato de Luís Correia, destaca que ao presidente da Câmara de Castelo Branco “tem violado permanentemente os valores da ética e da transparência”, pelo que “não tem condições para se manter em funções”.

Para a JSD “as ilegalidades praticadas e os interesses que se amarraram ao partido no poder deixam clara a falta de capacidade política na resposta aos reais problemas do concelho e contribuem para a difusão de um sentimento de desconfiança das pessoas em relação aos políticos”.

Realça ainda que “o facto de esta ser já a terceira decisão que confirma a perda de mandato e afirma que o recurso apresentado por Luís Correia demonstra uma atitude narcisista e imatura, de quem se acha acima da lei”.

As críticas vai mais longe, com a JSD a afirmar que Luís Correia “perdeu o respeito dos Albicastrenses quando fugiu às suas responsabilidades e escolheu arrastar este processo no tempo, colocando os seus inte-

resses pessoais acima dos interesses do nosso município” e acrescenta que o autarca “só assume protagonismo quando as notícias são simpáticas, quando as coisas não correm bem, a sua liderança dá lugar à irresponsabilidade”.

O Partido Socialista (PS) de Castelo Branco também não escapa às críticas, porque este “reforçou o seu apoio a Luís Correia”, pelo que o acusa “men tir aos Albicastrenses” e garante não se conformar com “vergonhosas tentativas de confundir a opinião pública ao repetir diversas vezes que Luís Correia não teve qualquer influência ou participação nos procedimentos contratuais, nem na indicação das empresas a convidar ou que não obteve vantagens para si e para a sua família, quando a leitura dos acórdãos desmente essas afirmações”.

Mais à frente realça que o PS “não teve ainda a frontalidade, perante os Albicastrenses, de assumir os erros cometidos e pedir desculpa, preferindo usar os funcionários da Câmara como bode expiatório, quando é absolutamente factual que o autarca cometeu ilegalidades das quais é plenamente responsável”.

PSD NÃO POUPA CRÍTICAS A LUÍS CORREIA

“O que se esconde por detrás desta obsessão pela manutenção do poder?”

A Concelhia do PSD considera que Luís Correia deveria ter tirado as devidas ilações políticas e assumir as responsabilidades



A Concelhia do PSD considera que ainda não temos uma democracia consolidada

A Comissão Política Concelhia do Partido Social Democrata (PSD) de Castelo Branco, realça, em comunicado que “diz um ditado popular que «Com teimosos, não queiras teimar»”, para realçar que “face à notícia desta semana sobre o caso Luís Correia e a confirmação da sua perda de mandato pelo Supremo Tribunal Administrativo, não pode a Comissão Política do PSD de Castelo Branco deixar de teimar”.

Para os social democratas “o Dr. Luís Correia continua sem aceitar as três decisões judiciais já proferidas, recorrendo agora para o Tribunal Constitucional, deixando certamente a maioria dos cidadãos Albicastrenses perplexos com o arrastar de uma situação que em nada dignifica o Concelho, sendo de assinalar que o mais recente episódio desta novela foi precisamente conheci-

do na véspera de um dia nobre, com uma forte simbolismo; o nosso feriado municipal e dois dias após a celebração do 25 de Abril de 1974, em que, por aqui e por este País fora, proliferam discursos meramente circunstanciais sobre a Democracia”.

Por isso asseguram que “situações como esta, demonstram que não temos ainda uma democracia suficientemente consolidada”, porque, “se assim fosse, o Dr. Luís Correia teria há muito retirado as devidas ilações políticas e não pautaria a sua atuação pela leviandade e pela falta de verticalidade em assumir a sua responsabilidade”.

A Concelhia do PSD considera também que “a confiança que os eleitores depositaram no Dr. Luís Correia e no PS com o seu voto nas últimas eleições Autárquicas, não tem sido dignificada pela sua atuação ao

longo de todo este processo”, pelo que o “PSD de Castelo Branco continua fortemente convicto que já chega de fazer prevalecer interesses pessoais sobre o interesse público de Castelo Branco” e questiona “o que se esconde por detrás desta obsessão pela manutenção do poder?”.

Por outro lado a Concelhia afirma que “constata ainda que a governação autárquica de Luís Correia fica, indelevelmente, marcada pela falta de transparência. É uma imagem manifestamente negativa e um exemplo pouco edificante para as gerações vindouras”.

Tudo para realçar que o PSD Castelo Branco “tem-se insurgido contra a promiscuidade de interesses entre as atividades económicas das famílias do Dr. Luís Correia e o Município de Castelo Branco, a qual, sendo étic-

ca e moralmente reprovável, não pode ser branqueada ou menosprezada com a frágil justificação de que se tratou de um «lapso evidente e ostensivo». O PSD Castelo Branco repudia esta opacidade na gestão pública a que o PS nos tem vindo a habituar”.

No comunicado pode ainda ler-se que “perante esta sucessão de factos, censuráveis e nada coerentes com uma sã prática democrática, a Comissão Política Concelhia do PSD torna ainda público que, doravante, os eleitos pelo partido com representação nos órgãos autárquicos passarão a dirigir-se institucionalmente a Luís Correia como o Presidente Recorrente, manifestando desta forma a sua profunda convicção de que ele há muito deixou de reunir condições, políticas mas sobretudo éticas, para se manter naquele cargo”.

PS expressa “de forma clara e inequívoca a sua confiança em Luís Correia”

O Secretariado da Concelhia do Partido Socialista (PS) de Castelo Branco expressa, em comunicado, “o seu apoio a Luís Correia, na decisão de recorrer para o Tribunal Constitucional do acórdão do Supremo Tribunal Administrativo, que manteve a decisão de perda de mandato e de continuar, legalmente, a exercer o cargo de presidente da Câmara, para o qual foi reeleito em 2017, com 58,75 por cento dos votos”.

Os socialistas justificam esta posição ao considerarem que “Luís Correia não foi acusado nem condenado por qualquer ato de corrupção”, pelo que o Secretariado

“reitera a sua confiança e apoia com total convicção e inquebrável firmeza a decisão de recorrer de Luís Correia”.

Acrescentam que “nas decisões tomadas nas instâncias anteriores prova-se que Luís Correia «não teve qualquer influência ou participação nas propostas de abertura dos procedimentos, nem na indicação das empresas a convidar, na urgência ou não do procedimento a adotar ou na seleção dos concorrentes», bem como que “nas mesmas decisões prova-se, igualmente, que não existiu qualquer dolo e que o presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco não obteve

qualquer vantagem patrimonial, financeira, ou de qualquer outro tipo, para si ou para a sua família, salvaguardando-se o interesse público com a consulta a mais que uma empresa, tendo as obras a concurso sido adjudicadas à empresa que apresentou o preço mais baixo”.

O Secretariado destaca ainda que “o que está em causa na decisão dos Tribunais é um erro administrativo que como Luís Correia admitiu deste o primeiro momento foi «um lapso evidente e ostensivo», que inclusivamente o levou, após constatar esse mesmo lapso, a anular um dos contratos, o que demonstra clara-

mente a sua boa fé”.

Por tudo reitera, “de forma clara e inequívoca a sua confiança em Luís Correia”.

É também realçado que “o seu curriculum e, mais do que isso, o histórico da sua ação, do seu trabalho e do seu percurso, comprovam a retidão e defesa do interesse do Município e da comunidade” e sublinhado que “o excelente trabalho que tem sido feito à frente da câmara Albicastrense, demonstra que Luís Correia reúne todas as condições políticas e o direito, para continuar a trabalhar por um concelho e uma cidade melhores”.

LUÍS CORREIA REAGE A CRÍTICAS

“Não estou apegado ao poder”

Luís Correia realça desapego do poder e sente-se injustiçado e perplexo, assegurando que não beneficiou a empresa em causa e tudo foi feito de boa fé

António Tavares



Luís Correia defende-se em conferência de imprensa

Luís Correia afirma que “ao contrário do que alguns querem fazer crer, não estou apegado ao poder. Muito longe disso, estou apenas e só empenhado em trabalhar, em continuar a trabalhar por Castelo Branco e por continuar a fazer o melhor pela nossa comunidade”.

A posição foi defendida esta segunda-feira, 4 de maio, numa conferência de Imprensa que contou com a presença do seu advogado, Artur Marques, e que teve lugar depois de saber que o Supremo Tribunal Administrativo (STA), perante o recurso apresentado pela defesa de Luís Correia, confirmou, em acórdão datado de dia 2 de abril, a perda de mandato do autarca como presidente da Câmara de Castelo Branco. Recorde-se que anteriormente, a perda de mandato já tinha sido declarada pelo Tribunal Administrativo e Fiscal (TAF) de Castelo Branco e pelo Tribunal Central Administrativo do Sul (TCAS), de que a defesa de Luís Correia recorreu.

Agora que a defesa recorreu ao Tribunal Constitucional (TC), Luís Correia salienta que, “até ao momento, a sentença do Tribunal Administrativo de 1ª Instância foi reproduzida, sem outras considerações ou valorações, pelo Tribunal Central Administrativo e pelo Supremo Tribunal Administrativo, facto pelo qual não posso deixar de manifestar a minha perplexidade”.

O autarca destaca que “tudo o que até agora aconteceu relati-

vamente a este processo causam-me uma enorme perplexidade, porque ficou bem claro, ao longo do processo, que eu nunca pratiquei nenhum ato com a intenção de beneficiar a empresa em causa, nem o tribunal deu como provado o contrário em nenhuma instância”, sublinhando que “o erro, repito, o erro que porventura tenha cometido, foi apenas o de ter assinado os documentos, com confiança nos procedimentos administrativos dos técnicos e serviços da Câmara, como ficou claramente esclarecido e demonstrado em tribunal. E isto não é uma responsabilização dos técnicos, mas tão só a demonstração que essa confiança me levou a praticar os atos sem pensar em alguns fatores”.

Luís Correia esclarece que “a empresa é fornecedora da Câmara desde a década de 80 e nunca houve qualquer problema ao longo de todos estes anos, independentemente de governar esta Câmara o PS ou o PSD. A empresa teve sempre preponderância no mercado. Desde sempre, a estrutura acionista da empresa é igual. Também por isso, nunca me havia detido a pensar que pelo facto de chegar a presidente de Câmara, isso passasse a constituir um entrave para a empresa”. Isto, continua, “até porque, como já afirmei várias vezes, nunca vi a empresa como sendo do meu pai que, na verdade, é apenas um acionista muito minoritário, mas sim dos sócios,

que ali, diariamente a gerem e tomam as decisões que consideram corretas”.

Acrescenta que, “por outro lado, nestes contratos, como nos processos de contratação em geral, são os serviços administrativos e os técnicos da Câmara a decidir e a procurar soluções, que eu nunca influenciei, como ficou provado em tribunal. Ora, sabendo eu que os procedimentos e os documentos são sempre os mesmos, assinava os documentos com total confiança nos técnicos e nos serviços, num ato de boa fé que levava a que, na maioria das vezes, me dispensasse de conferir os documentos em causa. Parece-me, sem qualquer demagogia, que este é um procedimento perfeitamente plausível para quem esteja de boa fé”.

Luís Correia faz também questão de deixar claro que “não fui eu que escolhi as empresas a consultar, nem o procedimento de contratação a seguir. Não tive interferência neste processo de contratação, como se provou em tribunal. Este processo de contratação, à semelhança do que acontece com todos os outros, decorreu normalmente. Foi conduzido pelos serviços, sem a minha interferência, tendo sido chamado ao processo apenas para assinar. Na verdade, quem escolheu os procedimentos a seguir foram os serviços técnicos e em caso algum tive interferência, conforme se provou em tribunal. Limitei-me, como sempre foi afir-

mado e testemunhado, a concordar, através da assinatura dos documentos que, na maioria das vezes, vinham junto a muitíssimos outros”. Uma área em relação à qual acrescenta que “esta é outra questão da maior importância e que gostaria de esclarecer uma vez mais. No caso em apreço, como na esmagadora maioria dos casos, a assinatura de um contrato não é um momento formal, com as partes presentes em simultâneo e num mesmo espaço. O que aconteceu foi a minha assinatura do contrato, entre múltiplos outros documentos, sendo que a outra parte terá assinado em outro momento, na sequência de contacto/solicitação feita pelos serviços autárquicos”.

Luís Correia destaca também que “à medida que fui sendo avisado sobre a legalidade dos atos, fui sempre ao encontro do que me era informado e sugerido”, pelo que, avança, “quero esclarecer as diferenças existentes nos três contratos em causa, porque todos são casos diferentes. Sempre que tive conhecimento que estava a agir de forma ilegal, corriji imediatamente a minha ação. No primeiro contrato não tive conhecimento de que tinha cometido qualquer ilegalidade. No segundo contrato, após ter assinado e de ter sido avisado da ilegalidade em assinar, tomei de imediato a decisão de não proceder ao pagamento do mesmo. Prejudicando inclusivamente aqui, a empresa.

No terceiro contrato não foi assinado por mim e posteriormente, cheguei mesmo ao ponto de, como já disse em outras ocasiões, solicitar aos serviços para não contratarem mais a empresa, dado que só nessa altura estava totalmente esclarecido sobre a Lei”. Tudo, para assegurar que “este comportamento da minha parte, não foi valorizado pelo tribunal. Nem as diferenças existentes nos procedimentos”.

Outro ponto que fez questão de esclarecer é que “não participei, não interfeirei nos procedimentos de contratação. Nestes, como em todos os procedimentos da Câmara, não participei nas decisões, nem interfeirei junto dos júris, conforme ficou provado em tribunal. Aliás, o critério de adjudicação foi sempre o preço mais baixo”.

Luís Correia questiona ainda “onde está o benefício para a empresa e a gravidade da minha ação”, ao que responde que “muito embora nada do que acabei de afirmar seja novo, e também por isso, reitero a minha incapacidade de vislumbrar como, ou quando, possa ter beneficiado a empresa. Uma empresa que sempre forneceu a Câmara e que nunca precisou que eu fosse presidente de Câmara para o conseguir. Uma empresa de mérito reconhecido”.

Na conferência de Imprensa reitera que “em todos os atos, limitei-me a concordar com os técnicos e não interfeirei, em nada, nem em nenhum momento, no procedimento contratual. Mas, mais que isto, pergunto-me, mesmo consciente que cometi um erro, qual a gravidade da minha ação, uma vez que não prejudiquei nem a Câmara nem qualquer outra empresa”, para avançar que “contrariamente ao afirmado no acórdão, o facto de consultar a empresa não impedia que outras quaisquer fossem consultadas. O ajuste direto não tinha limites ao número de empresas a consultar. Por este aspeto, nenhuma outra empresa se pode considerar prejudicada”.

Luís Correia, mais à frente,

reforça que “nunca tive como objetivo quaisquer benefícios pessoais. Muito menos iria beneficiar a empresa em causa, deixando supostas evidências plasmadas em documentos com a minha assinatura” e pergunta “se houvesse algum tipo de intenção da minha parte em beneficiar esta empresa, acham que teria sido eu a assinar os documentos? Isto para não referir o facto de, após anos a gerir orçamentos de milhões, sujeitar-me ou expor-me numa situação desta natureza, justamente com esta empresa e com os valores em causa”.

No ar ficaram ainda outras perguntas, como “o erro administrativo cometido é assim tão grave, quando comparado com toda a gestão que fiz da causa pública? O erro administrativo é assim tão grave quando não existiu qualquer vantagem, nem para a empresa nem para mim? O erro administrativo cometido é assim tão grave que constitui uma conduta inadmissível, que leve à perda de mandato, e que com isso coloque em causa os interesses do Município?”.

E em relação a esta última questão afirma que “com a perda de mandato, muitos dos objetivos a concretizar neste mandato, a bem da população e do desenvolvimento do Concelho, estão a ser colocados em causa”, o que o leva a questionar o que “ganhará o Município com a perda de mandato”, tanto mais que, frisa, “tenho a certeza que não será este ato que colocará em causa a confiança que os municípios depositaram em mim”.

Luís Correia afirma que “mantenho-me na legitimidade do direito que me foi conferido pelo povo”, uma vez que “tenho ainda trabalho a fazer com a equipa que me acompanha e tenho um compromisso a cumprir com todos os Alcabarcenses”, sendo que é garantido que “irei até ao fim, à procura de justiça. Tenho este direito, que irei exercer, independentemente do eco que se levanta por algumas vozes contrárias”.

“Luís Correia não é o líder que Castelo Branco merece”

A Comissão Política Concelhia de Castelo Branco do CDS/PP afirma que “Luís Correia não é o líder que Castelo Branco merece”, realçando que “foram cometidos atos, provados pelo tribunal e nunca negados pelo acusado, que segundo a lei implicam a perda de mandato. Não negando os atos cometidos, e sendo estes

contra a lei, ao apresentar recursos sucessivos, Luís Correia demonstra estar não contra os atos, que ele diz que não o beneficiaram ou às empresas envolvidas, mas sim estar contra a lei. É caso para dizer *dura lex, sed lex* (a lei é dura, mas é a lei).

Para o CDS/PP “ter um presidente de câmara em luta qui-

xotesca contra o sistema legal não é só mau para o próprio, é mau para todo o município. À conta deste caso, que parece longe de terminar, Castelo Branco e o seu presidente de câmara tornaram-se piada nacional, como o comprovam as muitas referências em colunas de opinião e espaços de humor tele-

visivos e radiofónicos. Isto não seria tão mau, se não servisse para tornar o nosso concelho menos atrativo para investimentos sérios para a geração de riqueza e emprego de qualidade”. É ainda realçado que “há um outro pomenor, não novo, mas que veio à tona novamente com a conferência de Imprensa de

ontem (4 de maio). Luís Correia volta a atribuir as culpas do que se passou aos serviços administrativos da autarquia”. Isto para ser adiantado que “uma das marcas da boa liderança é quando a equipa funciona como um organismo coeso e quando a liderança assume as responsabilidades pelo erro. A lei prevê que

em casos destes seja o presidente a perder o seu mandato, pois a lei parte do princípio que a equipa tem um responsável máximo. Neste caso, segundo Luís Correia, parece que ou é a lei que está mal, ou foi a equipa que falhou. O responsável máximo está disposto a ir até ao fim para provar que não o é”.

Comunidade de Leitores recebe *Palomar* de Italo Calvino

O texto *A Contemplação das Estrelas*, do livro *Palomar*, de Italo Calvino é a escolha para leitura e comentários na Comunidade de Leitores em Quaranta, coordenada e dinamizada pela Alma Azul.

As inscrições, que são gratuitas, podem ser feitas até às 23 horas do próximo sábado, 9 de maio, em alma.azul.1999@gmail.com.

Palomar é o último livro publicado em vida de Italo Calvino. Inclassificável, é uma obra feita de momentos, fragmentos e interrogações intermináveis, que a personagem Palomar, criada

por Italo Calvino, é ao mesmo tempo a ingenuidade em estado puro e a paixão do pensamento ilimitado, na opinião de Eduardo Prado Coelho, que escreveu a introdução a esta obra.

Italo Calvino nasceu em 1923, em Santiago de Las Vegas, Cuba. Filho de pais italianos, dois anos depois regressou com a família a Itália. Estudou em Turim e Florença.

Em 1972 publica o seu mais conhecido livro *As Cidades Invisíveis*; e em 1979 *Se Numa Noite de inverno Um Viajante* sobre a natureza da ficção. Falleceu em Siena, em 1985.

Politécnico apresenta 17ª edição regional do Poliemprende

A 17ª edição regional do concurso Poliemprende, que será realizada em modo *on-line*, devido à pandemia de COVID-19, foi apresentada em videoconferência, dia 22 de abril. Destinada a estudantes e diplomados, em que as equipas também podem integrar docentes, a competição surgida no Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) tem como objetivo promover o espírito empreendedor na academia e a criação de novos negócios de cariz inovador, com implantação regional e potencial de crescimento.

A pandemia de COVID-19 também ditou o adiamento para 2021 da fase nacional, prevista para a Região Autónoma da Madeira e na qual os proponentes das 18 entidades da rede Poliemprende irão competir por prémios no valor de 10 mil, cinco mil e três mil euros.

As candidaturas podem ser submetidas até 17 de junho em <https://pin.poliemprende.innovtek.net>, estando previsto para 1 de julho júri regional. Os prémios regionais são de dois mil, 1.500 e mil euros, e a equipa vencedora representará o Politécnico na final.

Na intervenção inaugural, o presidente do Politécnico, António Fernandes, referiu que se trata de uma edição especial deste concurso de ideias, com outra metodologia mas a que todos aderiram bem, tal como aconteceu em relação ao modelo de ensino/aprendizagem agora adotado. Para além do mundo dos negócios, são também novos desafios para o ensino presencial, que no entender de António Fernandes deverá ampliar o recurso às aulas a distância.

Antevendo-se a habitual montanha russa de adrenalina e

esforço até à apresentação do *pitch*, e apesar das condicionantes atuais, Nuno Caseiro, coordenador institucional desta fase regional, desafia os jovens a valorizarem e cultivarem as suas competências na área.

A sessão virtual contou ainda com os testemunhos de dois empreendedores. O consultor e docente Miguel Muñoz Duarte, da iMatch/NovaSBE, entende que as crises são excelentes propulsoras para novas ideias, mas importa testar e validar o modelo de negócio no mercado, mundo duro e incerto que não serve para tudo nem para todos. Clarificado o objetivo e mitigado o risco, trata-se de encontrar a solução perfeita para um problema, criando uma proposta útil e com valor acrescentado para o cliente. Em tempos difíceis, oportunidade para empresas com rápida capacidade de adaptação, é ainda mais preciso vencer o medo e, com resiliência quanto basta, procurar novas fórmulas. Na região, Miguel Duarte vê potencial para que a academia se associe aos futuros empresários, partilhando o risco na hora de alavancar marcas e produtos.

Já Luís Lavoura, da Bioexplant/Salys, fundador de uma empresa dedicada à biotecnologia vegetal, desenvolveu um substituto para o sal à base de salicórnica, já em distribuição numa grande superfície e em quatro dezenas de lojas. A ideia do jovem de 27 anos, que aposta também em temperos onde a planta desidratada é misturada com ervas aromáticas, surgiu na Escola Superior Agrária (ESA) de Castelo Branco nos laboratórios do Centro de Biotecnologia de Plantas da Beira Interior, permitindo manter o sabor e evitar os riscos associados ao consumo de sal.

DESDE 4 DE MAIO

Politécnico retoma atividades presenciais

Cada escola do Politécnico tem um plano detalhado para o fim das medidas de contenção e a retoma das atividades

O Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB) preparou “um plano detalhado e prudente” para retoma das atividades presenciais desde a passada segunda-feira, 4 de maio, com o levantamento progressivo das medidas de contenção existentes na instituição. Assim, todas as infraestruturas do Politécnico retomaram o seu funcionamento com acentuadas restrições, e adotando todas as medidas que garantam o cumprimento das recomendações das autoridades de saúde competentes, a nível sanitário e de higiene, na utilização de equipamentos de proteção individual, na desinfeção de espaços coletivos, na adaptação das instalações e trajetos, e garantindo sempre condições de afastamento social.

Em nota enviada à Comunicação Social é destacado que “a implementação do plano e a reativação faseada das atividades na presença de estudantes evidencia o papel central que o



Algumas das escolas vão ter ensino à distância até final do ano

IPCB tem na criação e difusão de conhecimento, assumindo-se como um exemplo no processo de relativa normalização dos vários setores da atividade económica que se inicia na Região e em Portugal”.

Cada escola superior do Politécnico tem um plano de retoma próprio, em função das formações ministradas e das restantes atividades. Em algumas das escolas, a lecionação vai funcionar na modalidade de ensino à distância até ao final do semestre. O mesmo acontecerá com as avaliações. Nas escolas superiores Agrária, de Artes Aplicadas e de Saúde Dr. Lopes Dias, encontram-se previstas atividades letivas com a presença dos estudantes a partir do dia 18 de maio, no caso das duas primeiras escolas, e a partir desta

quarta-feira, 6 de maio, no caso da Escola Superior de Saúde Dr. Lopes Dias. As aulas presenciais ocorrerão apenas nas unidades curriculares onde a presença física dos estudantes é imprescindível para a conclusão das unidades curriculares e dos cursos, como é o caso das aulas práticas e laboratoriais. As aulas serão replicadas para grupos pequenos e estão definidos horários específicos e trajetos próprios e independentes. Os estudantes deverão informar-se do plano de cada curso ou unidade curricular em concreto.

No que se refere a refeições, mantém-se em funcionamento o regime de *take-away* no refeitório do complexo das Residências de Estudantes.

O presidente do Politécnico, António Fernandes, acrescenta

que a implementação dos planos de retoma permite, assegurando o cumprimento das recomendações da Direção-Geral da Saúde (DGS), regressar gradualmente à presença de pessoas na instituição, nas diferentes dimensões, quer ao nível dos serviços de apoio, quer na investigação, ou lecionação e avaliação dos estudantes. É assegurado, contudo, o princípio de equidade, tendo em atenção os estudantes que estão deslocados, devendo nesses casos ser encontradas alternativas no processo de lecionação e avaliação, designadamente para os estudantes estrangeiros que escolheram o Politécnico para obterem os seus graus, ou programas de mobilidade, mas que, entretanto, decidiram regressar aos seus países de origem.

Politécnico lança concurso dedicado ao ambiente

O Instituto Politécnico de Castelo Branco (IPCB), em parceria com as câmaras de Castelo Branco, Oleiros, Proença-a-Nova e Vila Velha de Ródão, acaba de lançar o concurso *Um por todos. Todos pelo ambiente! Como podes ajudar a proteger o ambiente?*

O concurso, inserido nas atividades do 40º aniversário do Politécnico e lançado em ambiente virtual, tem como objetivo promover uma reflexão sobre problemas ambientais existentes permitindo explorar formas criativas e inovadoras para lidar e minimizar os mesmos.

Destinado aos alunos do Ensino Secundário ou do 3º Ciclo do Ensino Básico das escolas pertencentes aos concelhos que se associaram ao Politécnico na or-



ganização deste concurso, as candidaturas devem analisar e identificar situações existentes na escola, cidade ou região com um impacto negativo no ambiente, refletindo sobre formas de resolução das mesmas, apresentando propostas exequíveis e passíveis de serem aplicadas.

A participação das equipas escolares será em grupos de quatro elementos e designando um interlocutor que será contactado em nome da equipa. Este interlocutor será também responsável por articular a informação do trabalho a realizar, com a organização do concurso. Os elementos

que constituem o grupo terão de pertencer ao mesmo nível de ensino.

O júri será nomeado pela organização e será composto por um representante do Politécnico, um representante de cada município, um representante da Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e um representante da Quercus.

Os prémios finais serão atribuídos por concelho e nível de ensino apenas aos primeiros classificados, num valor de 450 para o agrupamento e de 150 euros para a equipa participante.

As candidaturas decorrem até 19 de junho e todas as informações podem ser consultadas na página do Politécnico em www.ipcb.pt

APÓS DENÚNCIAS DE CIDADÃOS

Quercus alerta para plantas aquáticas nos rios Tejo, Ponsul e Aravil

A invasão de plantas aquáticas tem vindo sempre a aumentar nos últimos anos o que contribui para a degradação da qualidade da água do Tejo



A Azolla, planta aquática invasora, estende-se por dezenas de quilómetros

A Direção do Núcleo Regional de Castelo Branco da Quercus – Associação Nacional de Conservação da Natureza afirma, em comunicado, que recebeu “diversas denúncias de cidadãos preocupados com o estado de vários rios na região” e após uma deslocação ao terreno detetou “em vários locais do Tejo Internacional, nomeadamente no troço internacional do Rio Tejo e nos seus afluentes Rio Ponsul e Rio Aravil, a

presença anormal de uma quantidade massiva de Azolla (*Azolla filiculoides*), uma planta aquática invasora numa extensão de largas dezenas de quilómetros”.

A Quercus realça que “nos

últimos anos aumentou a regularidade e a intensidade destes fenómenos, contribuindo ainda mais para a degradação da qualidade de água do Rio Tejo” e adianta que “o aumento da concentração de nutri-

entes provenientes da poluição deve-se em parte aos teores elevados em fósforo, um dos parâmetros que foi responsável pelo estado ecológico inferior a Bom, no troço do Rio Ponsul, entre a Senhora da Gra-

ça, junto a Idanha-a-Nova, e a albufeira de Cedillo, Espanha, e que tem origem nos setores urbano, agrícola e pecuário”.

Destaca também que “este tipo de bloom de algas, está normalmente associado a um feto aquático a Azolla (*Azolla filiculoides*), uma espécie de planta aquática exótica invasora, que prolifera quando as massas de água se encontram estagnadas e poluídas por fosfatos e nitratos, formando tapetes densos de vegetação à superfície”.

Perante isto explica que “estes fenómenos provocam uma diminuição da entrada de luz nas massas de água e fazem baixar o nível de oxigénio dissolvido na água, degradando ainda mais a sua qualidade”, bem como que “este tipo de fenómenos são indicadores de desequilíbrios nos ecossistemas e são uma consequência da poluição, levando assim

à eutrofização dos rios e provocando uma acentuada degradação da qualidade das massas de água”.

A Quercus sublinha que alertou de “imediato as autoridades competentes, nomeadamente a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e o Serviço Especial de Proteção da Natureza (SEPNA) da Guarda Nacional Republicana (GNR), que já estarão a investigar as origens deste fenómeno”.

No comunicado a Quercus apela “às autoridades que promovam uma investigação às origens deste fenómeno, que reforcem os meios de fiscalização dos rios, e promovam políticas de produção agrícola e pecuária ecológicas, de modo a que Portugal possa cumprir a diretiva quadro europeia da água, o principal instrumento da Política da União Europeia relativa à água”.

PSD defende que é urgente a remoção de plantas invasoras

Os deputados do Partido Social Democrata (PSD) dirigiram uma pergunta ao ministro do Ambiente e da Ação Climática, sobre as ações que o Governo Português pretende desenvolver para remover a presença anormal de uma quantidade massiva de plantas aquáticas invasoras numa extensão de vários quilómetros no troço internacional do Rio Tejo e nos seus afluentes, na Ribeira do Aravil e nos rios Ponsul e Zêzere.

Cláudia André, deputada do PSD eleita pelo Círculo Eleitoral

de Castelo Branco, exige a rápida intervenção do Executivo e pede medidas para “minimizar ou evitar o contágio do problema identificado a poucos quilómetros a montante da fronteira espanhola, em Garrovillas de Alconétar, Cáceres”.

Os social democratas afirmam que “de acordo com a Imprensa Local, Portuguesa e Espanhola, as plantas invasoras Azolla estão a desenvolver-se nas águas dos rios Ponsul, Aravil e Tejo”, com Cláudia André a alertar que “o crescimento exacerbado desta planta invasora

provoca a morte das espécies que se encontram sob o manto desenvolvido pelo processo de eutrofização das águas”.

Recordam também “nos arredores da cidade de Garrovillas de Alconétar, em Cáceres, a planta tomou proporções devastadoras e o fenómeno está fora de controlo pela falta de ação na fase inicial do surto”.

Sobre o Rio Ponsul, Cláudia André salienta que a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) assumiu o compromisso de realizar “uma intervenção para remoção mecânica des-

tas plantas aquáticas e tem previstas ações de reabilitação da galeria ribeirinha, no sentido de reduzir o input de nutrientes para o curso de água”.

Os deputados do PSD acrescentam ainda “a eutrofização das águas é resultado da poluição das mesmas e considerando as imagens denunciadas pela população e pela Comunicação Social sobre a poluição das águas dos rios Aravil, Ponsul e afluentes do Zêzere, é urgente a ação sobre as águas nascidas no interior do nosso território mas vitais para todo o País, no caso da rede hi-

drográfica do Tejo, fundamental para a cidade de Lisboa pelo abastecimento de água potável e pela manutenção da região agrícola de todo Ribatejo”.

Por tudo isto é questionado se “o Governo tem conhecimento do desenvolvimento da planta invasora Azolla e dos fenómenos de eutrofização que estão a ocorrer no Rio Ponsul”, se “tem conhecimento do desenvolvimento da planta invasora Azolla e dos fenómenos de eutrofização que estão a ocorrer no Rio Aravil”, se “tem conhecimento de fenómenos de

poluição dos afluentes e das águas do Rio Zêzere” e “em caso afirmativo, que ações já desenvolvem para resolver os fenómenos acima citados”.

Pergunta também que “medidas o Governo Português tomou para minimizar ou evitar o contágio do problema identificado a poucos quilómetros a montante da fronteira espanhola, em Garrovillas de Alconétar, Cáceres” e “qual a data em que será realizada a intervenção para remoção mecânica da Azolla, no Ponsul, citada pela APA”.

Bloco de Esquerda questiona ministro por causa da mancha de Azolla

Os deputados Fábola Cardoso, Maria Manuel Rola, José Maria Cardoso e Nelson Peralta entregaram, na Assembleia da República, uma pergunta sobre “a mancha de Azolla que cobre o Rio Tejo e os seus afluentes por dezenas de quilómetros em Castelo Branco”, dirigida ao ministro do Ambien-

te e da Ação Climática.

No documento, os bloquistas, depois de se referirem à situação verificada no local, perguntam se “o Governo tem conhecimento da proliferação descontrolada da planta aquática exótica invasora Azolla no Rio Tejo e seus afluentes, em Castelo Branco”, bem como se “conseguiu o Go-

verno identificar a origem deste fenómeno”.

Outras questões levantadas são que “papel desempenham os efluentes urbanos e as explorações agrícolas e pecuárias na ocorrência cada vez mais frequente e intensa de manchas de Azolla no Rio Tejo e seus afluentes; que papel desempenha a

irregularidade dos caudais do Rio Tejo e seus efluentes na ocorrência cada vez mais frequente e intensa de manchas de Azolla; o Governo considera existem modos de produção agrícola e pecuária mais compatíveis com o bom estado ecológico do Rio Tejo e seus afluentes, em comparação com os modos de pro-

dução predominantes na região; qual é o estado ecológico das comunidades aquáticas e ripícolas do Rio Tejo e seus afluentes, junto à albufeira de Cedillo; está o Governo em condições de disponibilizar informação e dados dos parâmetros da qualidade da água antes e após a proliferação de Azolla no Rio Tejo e seus

afluentes; o Governo tem articulado com as autoridades do Estado Espanhol um regime de caudais regulares que garantam as necessidades ecológicas e a boa qualidade da água do Rio Tejo e seus afluentes; que medidas prevê o Governo adotar para evitar situações como esta no futuro”.

Empresa de Ródão oferece viseiras aos Bombeiros e à GNR

Os Bombeiros Voluntários e a Guarda Nacional Republicana (GNR) de Vila Velha de Ródão receberam, dia 28 de abril, uma oferta de 50 e 25 viseiras, respetivamente, para proteção individual face ao COVID-19 por parte do proprietário do supermercado local Amanhecer.

A doação pretende reforçar a proteção dos profissionais destas forças de socorro e segurança e conter a propagação do COVID-19, garantindo que os responsáveis por estarem

na linha da frente do combate a esta pandemia possuem o equipamento adequado.

O presidente da Câmara de Vila Velha de Ródão, Luís Pereira, considerou este “um ato de generosidade que muito agradecemos” e destacou que “neste período difícil, é um orgulho constatar que os empresários e comerciantes estão solidários e disponíveis para apoiar a população do Concelho, contribuindo para a criação de respostas no combate a esta pandemia”.

CORREIO DO LEITOR

Abre-se um novo tempo

“Pela escola, por uma escola que seja digna desse nome, por uma escola que não ensine simplesmente o catecismo, ou a leitura, ou a escrita, mas tenha como ideal supremo o formar homens, se poderá renovar a face da terra.”

In *Textos Pedagógicos, de Agostinho da Silva, a propósito de Pestalozzi.*

Tudo muda. Sempre. Pode demorar séculos, milénios, mas a natureza tem as suas leis. E, inesperadamente, solta demónios adormecidos. O homem, que ostenta um falso poder, cheio das certezas que o desenvolvimento tecnológico, científico, social e económico lhe outorga, fica estupefacto face a tudo o que o assola. Indefeso, só então percebe a sua pequenez, a sua fragilidade de pequeno “bicho da terra”.

Numa reação emotiva a tão violenta estranheza, procura refúgio nos deuses, nas crenças, nas superstições, seja no que for: o mal vem apenas para os outros. E fica, passivo, a aguardar melhores dias, na esperança de que tudo volte a ser como dantes. Que o mito sebastianista se realize e nos salvemos miraculosamente.

Mas há quem assuma a realidade e enfrente o mal, na procura do antídoto.

Professores e agentes educativos de todo mundo reinventam-se, adaptam-se a novos métodos, interligam-se de forma solidária, sabendo que, do outro lado estão os alunos, que, por direito, requerem acompanhamento. O futuro pertence-lhes e o trabalho que com eles fizemos ajudará a construir um novo tempo.

Estamos tão longe uns dos outros e, todavia, tão próximos. Novas linguagens comunicati-

vas são agora testadas. E é essa ligação, essa irmandade, que nos salvará enquanto comunidades distintas.

Nunca entendi o ensino sem amor, sem relação humana entre alunos e professor. Já se inventaram tantas metodologias, tantos modelos de avaliação, de gestão administrativa e pedagógica, se escreveu tanta literatura educacional - tudo experimentado, validado, recusado, retomado, consoante a matriz política de quem tem de nós tem o governo.

Porém, desta minha tão grata e já tão longa experiência, sempre intui que, para lá da relevância das práticas desenvolvidas, a transmissão do conhecimento é também uma narrativa de encantamento e de alegria, que nos faz sentir que o que se ensina esse aprende tem sentido, causa maravilhamento e edifica o homem livre.

O que tenho percebido nestes dias inclementes, tão perto que estou de terminar a minha missão, é que afinal não há princípio nem fim, apenas um contínuo recomeço a que todos, ao longo dos tempos, pertencemos e para o qual contribuimos humildemente.

A comunicação à distância que tenho mantido com os alunos, ensinou-me, nesta obscura primavera, que continuamos tão, ou mais, próximos do que estávamos, que o seu sentido de responsabilidade e de entrega ao que lhe é proposto é surpreendente, mesmo por parte daqueles de quem, erradamente, já duvidava.

São um exemplo. Por isso, nada está perdido. O devir será diferente e os paradigmas mudarão. Mas o futuro da educação será melhor. Conosco e com eles.

José Manuel Batista

PARTILHA DE DESENHOS

CPCJ e Câmara de Ródão desafiam crianças

O desafio da Comissão, em articulação com a Câmara e o Agrupamento de Escolas serve para alertar para os maus-tratos infantis

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Vila Velha de Ródão, em articulação com a Câmara de Vila Velha de Ródão, o Agrupamento de Escolas e a Comissão Nacional, no âmbito do Mês da Prevenção dos Maus-Tratos Infantis, assinalado em abril, desafiou as crianças do Pré-Escolar e de todos os ciclos do Ensino Básico a partilharem desenhos alu-



Os desenhos são partilhados no Facebook

sivos ao slogan *Serei o que me deres... que seja amor.*

A iniciativa pretende chamar a atenção para a questão dos maus-tratos infantis e consciencializar a população para a necessidade de prevenir estas situações, exprimindo ao mesmo tempo a solidariedade para com todas as crianças que, devido à pandemia por COVID-19, se encontram afastadas e impedidas de serem abraçadas pelos seus amigos e familiares.

A CPCJ desafia assim as crianças a colorirem o desenho que lhes é enviado ou a fazerem o seu próprio desenho, devendo em seguida tirar uma fotografia do mesmo e enviá-la para o endereço eletrónico cpcj.vilavelharodao@cnpdpcj.pt. As fotografias destes desenhos serão posteriormente partilhadas no Facebook, de forma a criar uma grande moldura.

Câmara e Dignidade apoiam na aquisição de medicamentos

A Câmara de Vila Velha de Ródão e a Associação Dignidade assinaram o protocolo *Emergência Abem: COVID-19* de forma a garantir o acesso ao medicamento aos cidadãos que não estão abrangidos pela condição de recurso do Programa Abem, mas se encontram numa situação fragilizada na sequência da pandemia por COVID-19.

O protocolo pretende alargar os beneficiários do Programa Abem - Rede Solidária do Medicamento, desenvolvido pela Associação Dignidade, com o obje-

tivo de garantir o acesso ao medicamento em ambulatório por parte de qualquer cidadão que, em Portugal, se encontre numa situação de carência económica que o impossibilite de adquirir os medicamentos comparticipados que lhe sejam prescritos por receita médica.

A adesão a este protocolo de emergência foi aprovada por unanimidade na reunião do executivo municipal realizada a 17 de abril e tem a duração de três meses, podendo ser renovado por igual período de

tempo caso seja necessário.

A Câmara é responsável pela referenciação e encaminhamento dos beneficiários que podem usufruir do apoio, assim como pelo financiamento em 50 por cento da comparticipação, cabendo ao Fundo Solidário Abem os restantes 50 por cento.

A distribuição dos medicamentos estará a cargo da farmácia aderente ao projeto no Concelho, neste caso a Farmácia Pinto, em Vila Velha de Ródão.

O presidente da Câmara de Vila Velha de Ródão, Luís Pereira, explica que “o reforço do protocolo com a Rede Solidária do Medicamento visa garantir a continuidade do acesso aos serviços de saúde, particularmente aos medicamentos, por parte dos municípios em situação de maior vulnerabilidade por causa do COVID-19. Esta medida vem juntar-se a outras já tomadas pelo Município com o objetivo de minimizar os impactos económicos e sociais provocados por esta pandemia”.

Câmara de Ródão oferece livro aos alunos

A Câmara de Vila Velha de Ródão, com o objetivo de promover o sucesso educativo das crianças, ofereceu aos alunos do Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão o livro *Este ano vais ser melhor aluno! Bora lá?*, de Jorge Rio Cardoso.

A iniciativa resulta da colaboração da Câmara com o Agrupamento de Escolas, no âmbito do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Esco-

lar (PIICIE) de Vila Velha de Ródão, e pretende fornecer aos alunos um guia onde encontram um conjunto de técnicas e métodos para melhorar os resultados escolares.

Doutorado em Ciências Sociais pela Universidade de Aveiro, Jorge Rio Cardoso é professor do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa e técnico superior do Banco de Portugal. Desde 2008, tem realizado centenas de

ações junto de alunos, combatendo o insucesso escolar. O seu inovador método de estudo *Ser Bom Aluno - 'Bora lá?'* tem tido um êxito assinalável, com melhorias de resultados na ordem dos 30 por cento.

Defensor de uma educação para a cidadania, é conselheiro de inúmeras escolas do País, onde se inclui o Agrupamento de Escolas de Vila Velha de Ródão.

No âmbito desta colaboração, durante este período leti-

vo, o autor realizará sessões de videoconferência com os alunos em fim de ciclo, ou seja dos 4º e 9º anos de escolaridade, encontrando-se igualmente a apoiar a equipa do PIICIE no desenvolvimento de um *blogue* com recursos educativos para os alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico, que complementam os conteúdos lecionados pelo professor de cada ano de escolaridade e nas Atividades Extracurriculares.

SEM A TRADICIONAL FEIRA ANUAL

Dia de Santa Cruz assinalado em formato digital

Faz parte da história e cultura da vila, mas teve este ano uma comemoração diferente, sem o mercado quincentista, nem a exposição do Santo Lenho



Na Igreja da Misericórdia todos os anos neste dia era exposta a relíquia

O Dia de Santa Cruz, que é uma data com tradição para a população do Concelho de Proença-a-Nova, foi assinalado no passado domingo, 3 de maio. Além do significado litúrgico, em que a devoção faz parte da história e cultura de Proença-a-Nova, neste dia tem-se mantido uma das feiras anuais com maior tradição no Concelho e que este

ano, pela primeira vez, não se realizou, devido à situação pandémica. Também a Igreja da Misericórdia, onde era todos os anos é exposto o Santo Lenho, o

pedaço da cruz de Cristo trazido de Roma por Pedro da Fonseca, não esteve aberta.

Refira-se que há dois anos que a Câmara de Proença-a-

Nova tem contribuído para a comemoração deste dia com a organização de um mercado quincentista no Largo Pedro da Fonseca e a recriação histó-

rica do regresso de Pedro da Fonseca, trazendo consigo a relíquia recebida pelos seus préstimos como conselheiro do Papa. Esta iniciativa, adiada para 2021, pode ser, no entanto, recordada no álbum de fotografias na página oficial do Facebook da Câmara.

O Dia de Santa Cruz foi até, há três décadas, feriado municipal, tendo passado, durante o mandato do padre António Sousa, para o dia 13 de junho. Preservar esta data é também celebrar a vida de Pedro da Fonseca, nem sempre conhecida das novas gerações. Nascido em Proença-a-Nova em 1528, Pedro da Fonseca entrou no Colégio de Jesus, em Coimbra, aos 20 anos. Recebeu o grau de doutor em Teologia, na Universidade de Évora, numa cerimónia que contou com a assistência do Cardeal D. Henrique e D.

Sebastião, presenças que indicam o seu peso político. Em 1572 foi escolhido para representar os Jesuítas Portugueses em Roma, na eleição do novo superior. Nessa altura, foi conselheiro do Papa Gregório XIII e aproveitou os 10 anos que permaneceu em Roma para desenvolver as suas reflexões sobre Metafísica que o tornariam conhecido como o Aristóteles Lusitano. Recebeu um pedaço da cruz de Cristo crucificado pelos seus préstimos e, regressando a Portugal, trouxe consigo a relíquia do Santo Lenho que doou à Santa Casa da Misericórdia da sua terra natal, em 1588, bem como o terreno onde foi construída a Capela da Misericórdia. O Santo Lenho tornou-se então num símbolo de culto e fé, ao qual a população pedia proteção em situações de intempéries, secas, pragas e outras doenças.

Biblioteca Municipal comemora 25 anos

A Biblioteca Municipal de Proença-a-Nova está a comemorar o 25º aniversário, sendo que desde 29 de abril de 1995 este espaço cultural já recebeu 1.406.672 visitas.

O vice-presidente da Câmara de Proença-a-Nova, João Manso, que tem o Pelouro da Cultura e Educação afirma que “um quarto de século para uma instituição e para um serviço é uma idade adulta e que representa um acumular de vivências, experiências e convivências, umas boas e outras más, mas todas acrescentaram valor à nossa Biblioteca Municipal. Muita gente passou por lá e muitos sentem a sua falta, muita tecnologia e teorias mudaram, mas as pessoas ainda são as nossas e os livros de papel com letras alinhadas”.

Apesar da Biblioteca estar encerrada ao público, a Câmara não quis deixar de comemorar o aniversário e para assinalar esta data foi colocada uma instalação artística, junto ao edifício, composta por seis baloiços onde estão suspensos livros, frases e outros escritos alusivos à comemoração.

João Manso realça que “a nossa biblioteca cresceu, teve pólos e rodas e hoje está na rua com baloiços, para agitar e lembrar que está viva e que voltará a receber os seus amigos, curiosos, visitantes, estudantes, in-



vestigadores e frequentadores. Parabéns a todos os funcionários que já trabalharam, trabalham e levam até si este projeto”.

No âmbito do aniversário estão a ser divulgadas rubricas digitais que serão dinamizadas ao longo das próximas semanas no site da Biblioteca e na sua página do Facebook. Uma das iniciativas intitula-se *25 anos, mais de 25 anos de livros e memórias* e consta na apresentação dos inúmeros livros que ao longo dos 25 anos a Câmara tem apoiado, de autoria de escritores do Concelho ou que escreveram sobre ele. Serão ainda divulgados 25 factos e curiosidades sobre a Biblioteca e o Auditório Municipal, fotografias antigas, entre outras partilhas.

A Biblioteca Municipal tem, atualmente, 38.844 livros dispo-

níveis, das quais 30.906 na secção de adultos e 7.938 na secção infantojuvenil e conta com um total de 3453 utilizadores registados, incluindo os pólos; 121 títulos de periódicos, como jornais e revistas de âmbito local, regional e nacional, e já emprestou mais de 80 mil livros.

Em 1999 foi inaugurado o primeiro pólo da Biblioteca Municipal, em Sobreira Formosa, onde, atualmente, também estão instalados o Museu Isilda Martins e o Espaço Cidadão.

Em 2004 foi inaugurado o pólo de São Pedro do Esteval, tendo registado no total de 2.687 utilizadores no primeiro ano de funcionamento.

Em 2005 foram inaugurados os pólos das Atalaias e dos Montes da Senhora.

A Bibliomóvel fez a sua viagem inaugural no dia 25 de junho de 2006 e, atualmente, visita um total de 31 localidades, divididas em duas rotas, de segunda a sexta-feira.

Por ocasião do 20º aniversário, foi criada uma página da Biblioteca Municipal, disponível em www.biblioteca.cm-proenca-nova.pt, onde podem ser consultados os livros existentes, com indicação da disponibilidade do volume pretendido ou com a funcionalidade de aumentar o tempo de requisição.

Marcante também foi a chegada do cinema, que só existia nos meios urbanos maiores. *Danças com lobos* foi o primeiro filme a ser exibido no Auditório Municipal a 30 de dezembro de 1994. A secção audiovisual também foi importante, pois foi um dos primeiros locais a ter acesso gratuito à Internet. Atualmente disponibiliza 11 computadores e oito tablets com acesso à Internet via WiFi acessível em todo o edifício. O presidente da Câmara de Proença-a-Nova, João Lobo, destaca que “em tempos de um novo normal, os livros continuam a fazer parte da nossa vivência, crescimento e usufruto também em momentos de prazer. Parabéns a todos quantos contribuíram e trilharam este caminho que nos faz todos crescer”.

Espaços Cidadão reabrem com atendimento presencial

Os Espaços Cidadão de Montes da Senhora e de Sobreira Formosa, no Concelho de Proença-a-Nova, retomaram o atendimento presencial na passada segunda-feira, 4 de maio, depois de terem estado encerrados, atendendo às recomendações da Direção-Geral da Saúde (DGS) sobre a pandemia de COVID-19. Demodo a garantir a saúde pública, haverá algumas limitações, continuando-se a apelar a todos os cidadãos que utilizem os canais digitais/Internet, em <https://eportugal.gov.pt/>, e telefone 274670000, para acesso aos serviços públicos. Recorde-se que na sequência desta pandemia, o Governo decretou que os documentos em que a validade terminou a partir de 24 de fevereiro permanecem válidos até 30 de junho.

Refira-se que estes dois Espaços Cidadão realizaram um total de 1.037 atendimentos desde de 2017 até ao início deste ano. Entre os serviços com maior adesão, destaca-se a revalidação da carta de condução, a criação da chave móvel digital seguido dos serviços do Portal das Finanças, como IRS, IUC e recuperação da senha, e renovação do cartão de cidadão. Além dos serviços afetos a estes pontos de atendimento, os Espaços Cidadão também prestam outros, como entrega de documentos da ADSE, alteração ou

confirmação de morada do cartão de cidadão, alteração de dados relacionados com a Caixa Geral de Aposentações, registo no portal do *IEFPonline*, solicitação do Cartão Europeu de Doença e serviços partilhados do Ministério da Saúde, representando um local de atendimento de proximidade com acesso à Internet, por exemplo, o terminal de pagamentos existente em Montes da Senhora é muito usado para liquidar faturas da água, luz, telefone, entre outras, um serviço que o espaço em Sobreira Formosa também passará a dispor.

Estes pontos integram uma rede complementar às Lojas do Cidadão e têm como objetivo facilitar o acesso dos cidadãos a serviços da administração pública, poupando tempo e deslocamentos desnecessários. Em Sobreira Formosa funciona no Pólo da Biblioteca Municipal, às segundas-feiras das 14 horas às 17h30 e de terça a sábado das 9h30 às 12h30 e das 14 horas às 17h30; em Montes da Senhora, o Espaço Cidadão funciona também no Pólo da Biblioteca Municipal, de terça a sexta-feira, das 15 às 19 horas e sábados das 14 às 18 horas. Existe ainda um Espaço Cidadão a funcionar na sede da União de Freguesias de Proença-a-Nova e Peral.

EM SÃO MIGUEL DE ACHA, IDANHA-A-NOVA

Acolhimento de 15 cidadãos Romenos gera “profunda indignação”

O acolhimento dos cidadãos Romenos causou indignação no autarca de Idanha por revelar desconsideração pela saúde dos residentes

António Tavares

O acolhimento de um grupo de 15 trabalhadores Romenos numa unidade de alojamento em São Miguel de Acha, no Concelho de Idanha-a-Nova, surpreendeu a autarquia Idanhense, que não poupa críticas à forma como decorreu o processo.

Entretanto, os cidadãos Romenos, que chegaram a São Miguel de Acha na noite da passada quinta-feira, 30 de abril, no passado sábado, 2 de maio, já foram transportados para o Aeroporto de Lisboa, de onde seguiram para o seu país.

Refira-se que os 15 cidadãos Romenos chegaram a São Miguel de Acha oriundos de Castro Marim, com a autarquia algarvia a adiantar que “o grupo teria chegado ao Aeroporto



Os Romenos foram transportados num autocarro da Câmara para o Aeroporto de Lisboa

de Lisboa no sábado (25 de Abril) e, depois de ter sido impedido de passar a fronteira em Caia e na Ponte Internacional de Castro Marim, chegaram à vila a pé, onde, por razões humanitárias, foram acolhidos por esta autarquia”.

É também adiantado que “certificando-se da realização de testes ao COVID-19, todos com resultado negativo, o Município de Castro Marim acolheu o grupo de trabalhadores no Pavilhão Municipal desde terça-feira (28 de abril), tendo sido providenciada dormida, alimentação e as condições de higiene necessárias à sua permanência”.

A Câmara de Castro Marim avança ainda que “apesar da tentativa autárquica de resolver a situação com Espanha, a rigidez do acordo da fronteira, que permite apenas a circulação de mercadorias e trabalhadores transfronteiriços, não foi ultrapassada”, pelo que “foram depois encetados todos os esforços junto de outros organismos estatais, mas o Município de Castro Marim só conseguiu resposta da Embaixada da Roménia, que assegurou o acolhimento do grupo em Castelo Branco, local para onde partiram no final desta tarde (30 de abril) em transporte ce-

dido pela autarquia”.

Perante o sucedido a Câmara de Idanha-a-Nova revela, em comunicado, “a sua profunda indignação com a forma como foi desenvolvido o processo de deslocação de 15 cidadãos Romenos de Castro Marim para o Concelho de Idanha-a-Nova”.

A autarquia avança que os cidadãos Romenos “chegaram no final da noite de quinta-feira, 30 de abril, sem articulação prévia com a nossa autarquia, e já foram este sábado, 2 de maio, transportados para o Aeroporto de Lisboa, em articulação com a Embaixada da Roménia em Portugal, tendo a

sua presença neste concelho causado alarme social”.

É realçado que “a bem da verdade, importa esclarecer que o processo foi conduzido por três entidades. A Câmara Municipal de Castro Marim, a Embaixada da Roménia em Portugal e a Associação Romena de Aldeia de Santa Margarida. Estas três entidades articularam, entre si, a deslocação de 15 cidadãos Romenos de Castro Marim para uma unidade de alojamento de São Miguel de Acha, sem comunicar previamente o facto à Câmara Municipal de Idanha-a-Nova ou à Junta de Freguesia de São Miguel de Acha, uma atitude que revela falta de respeito institucional e desconsideração pela saúde da comunidade Idanhense”.

Acrescenta que “o facto de não terem comunicado previamente da chegada destes cidadãos, não estando em causa a sua nacionalidade, inviabilizou a resposta atempada e articulada entre as entidades locais, como deveria ter acontecido, nomeadamente o cumprimento das regras de isolamento social, destinadas a todos os que chegam ao nosso concelho, vindos de outras partes do País ou do Mundo”.

A Câmara de Idanha-a-Nova assegura que “compreen-

de, por isso, a indignação e a inquietação da nossa população, que tem feito um grande esforço cívico para cumprir as normas de segurança e respeitado com sacrifício a distância dos seus entes queridos”.

No comunicado é adiantado que “a Câmara de Idanha-a-Nova, em articulação com a Guarda Nacional Republicana (GNR) e a Junta de Freguesia de São Miguel de Acha, tomou de imediato diligências, no sentido de salvaguardar a saúde da nossa população e dar uma resposta humanitária adequada aos 15 cidadãos Romenos”.

Assim, “após a realização de testes de despiste de COVID-19, feitos hoje, 2 de maio, em São Miguel de Acha, que deram negativo, os 15 cidadãos Romenos foram já transportados para o Aeroporto de Lisboa, por indicação e em articulação com a Embaixada da Roménia em Portugal, num autocarro do Município de Idanha-a-Nova, estando já a caminho do seu país”.

A Câmara de Idanha-a-Nova sublinha que “considera que a solução encontrada, em tempo recorde, deu a melhor resposta possível a esta situação que poderia ter sido pacífica, se devidamente articulada entre todas as partes”.

OPINIÃO

ESCASSEZ PROGRESSIVA DE ÁGUA

ADAPTEMO-NOS



ALFREDO DA SILVA CORREIA

Em artigos anteriores tratei o problema das alterações do clima, tendo concluído que hoje acredito que as mesmas se devem ao modo de vida do homem, com especial realce para o processo da globalização que exige uma crescente mobilidade de bens e pessoas. Sobre este aspecto sem dúvida que o nível de vida que hoje alcançámos se deve a este processo ao produzirem-se os bens que consumimos nos países mais aptos para o fazer, o que depois implica a mobilidade dos mesmos para as regiões de consumo. Há quem acredite que o automóvel e as fábricas são os únicos poluidores, embora hoje comece a haver consciência de que também os aviões e os próprios navios poluem em alto grau, o que acontece pela enorme frequência em que os céus e os mares são utilizados com tais meios de mobilidade.

Desta forma parece-me evidente que foi esta crescente mobilidade que está a contribuir fortemente para afectar a natureza e o clima. Sendo assim deverá a humanidade interrogar-se se quer continuar no processo em curso de autodestruição, ou se tem a coragem suficiente para inverter o processo e em vez de continuar com o reforço da globalização, passar a um processo progressivo de procurar consumir o que se produz

próximo, reduzindo a mobilidade.

Sem dúvida que a opção por este segundo modelo, apenas pode ser prosseguido com o objectivo de se evitar a autodestruição, pois sem dúvida que não deixaria de ter enormes custos na qualidade de vida da humanidade. Esta desenvolveu-se, concentrando as populações em grandes metrópoles, cidades com mais de 10 milhões de habitantes, e com a criação de grandes conglomerados empresariais preparados para abastecerem, com determinados produtos, todo o nosso mundo. A inversão do processo de globalização para um em que se procura consumir, o que se produz próximo, não deixaria de conduzir a uma distribuição geográfica das populações menos concentrada e atacando em menor grau a natureza, como não deixaria de inverter o processo de criação de grandes conglomerados empresariais para modelos de desenvolvimento de menor dimensão.

Poderemos interrogar-nos se tal processo é viável e interessa à humanidade, ao que respondo que não tenho dúvidas que o mesmo criará dificuldades enormes às populações, pelo que tal inversão só se justifica se estivermos mesmo conscientes que o processo da globalização, se nada for feito que minimize as consequências do mesmo, nos está a conduzir à autodestruição. Se me perguntarem se eu acredito que tal inversão é possível responderei que penso que tal não

o é, pois estou até convicto que o homem preferirá autodestruir-se, a sofrer as consequências de tal mudança. É a minha sensibilidade de mas seria bom que tal problemática seja devidamente equacionada, o que penso está muito longe de acontecer, pelo menos com a necessária clareza, embora hoje com o processo do COVID-19, se esteja a instalar uma cultura em que esta matéria passou a estar muito mais presente, podendo dar algum contributo, para a inversão da tendência em curso.

Acresce que a redução progressiva da disponibilidade de água, em alguns locais do mundo já é uma lamentável realidade, pelo que o homem vai mesmo ter que fazer um enorme esforço de adaptação. De facto não será só a consequência de se não conseguir produzir produtos alimentares, pelo menos na terra, na quantidade e qualidade necessárias, mas também o próprio consumo humano vai ter que se adaptar a uma nova realidade de escassez. Assim, hábitos como o tomar banho e mudar de roupa todos os dias pode ter que passar para maiores intervalos, como acontecia há 50 anos. É uma matéria que não é tratada mas que acabará por sê-lo, como começa já hoje a ser o cultivo intensivo de certas plantas muito consumidoras de água. No nosso país constatamos que no norte chove enquanto no sul a seca é preocupante, razão pela qual me interrogo se não deveria ser construído de norte a sul um canal de água que abastecesse quando necessário os rios e as barragens do sul.

Enfim, bem gostaria que este problema não passasse de uma miragem, mas hoje já tenho tido quem me faça sentir que se quiséssemos voltar a produzir cereais no nosso país ao nível em que acontecia há 50, 60 anos não o conseguiríamos, por as terras não terem a humidade necessária. São problemas que a muitos nada dizem, mas que sinto hoje já representam alterações estruturais, embora reconheça que este ano até foi chovendo, ainda que não o suficiente para abastecer as reservas, quer de barragens e poços, quer em termos de reforço das nascentes.

Enfim são meras reflexões sobre problemas actuais da humanidade que, um dia, temo se transformem em realidades bem duras. Espero que não.

COM A DECISÃO DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE FUTEBOL

Revolta e indignação no Benfica e Castelo Branco

A decisão da Federação Portuguesa de Futebol deitou por terra as aspirações do clube Alcabastrense

José Manuel Alves

A decisão da Federação Portuguesa de Futebol na subida das equipas do Vouzela e Arouca à Liga Pro, após a suspensão do Campeonato de Portugal devido à pandemia de



Os dirigentes desportivos e autarca consideram que o clube foi desrespeitado

COVID-19 deixou indignado o Benfica e Castelo Branco que, se encontrava na situação de disputar o *play off* deste es-

calão.

Na conferência de Imprensa que, decorreu, segunda-feira no Salão Nobre da autarquia,

Jorge Neves, presidente do emblema encarnado, lamentou que o clube foi “espoliado” e “desrespeitado”, apesar das promessas

feitas por diretores do organismo responsável pela modalidade. “Tivemos uma época muito difícil com lesões traumáticas em vários jogadores, conseguimos superar imensas dificuldades, com muito empenho e trabalho. Não merecíamos esta desconsideração pelo nosso clube, cidade e região”.

Para o dirigente, houve “dois pesos e duas medidas”, nesta decisão federativa.

Neste sentido, foi solicitada uma reunião com o presidente da Federação Portuguesa de Futebol em conjunto com outros Clubes que se encontram nas mesmas circunstâncias”.

Luís Correia, presidente da Câmara de Castelo Branco, mos-

trou a sua total solidariedade para com o Benfica e Castelo Branco que, não pode sair prejudicado desta decisão.

O autarca estendeu igualmente todo o seu apoio ao Clube Desportivo de Alcains que se encontrava a um ponto de se sagrar Campeão Distrital e a consequente subida ao Campeonato de Portugal.

Manuel Candeias, presidente da Associação de Futebol de Castelo Branco, revelou que, “fomos apanhados de surpresa”.

Para o dirigente, apesar do presidente da federação ter feito e continua a fazer um excelente trabalho, parece supostamente existirem colaboradores com certos interesses nesta decisão levada a cabo.

NOS BASTIDORES DO ATLETISMO

O presente e o futuro do atletismo

Portugal encontra-se desde as zero horas do dia 3 de maio em situação de calamidade. Regulada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 33-A/2020 de 30 de abril, a situação de calamidade vem permitir aos portugueses algum desconfinamento das regras impostas pelo estado de emergência. A atividade física e desportiva não foi esquecida, sendo abordada no artigo 16 da referida legislação. É imposto um distanciamento de dois metros em atividades efetuadas “lado-a-lado” e quatro metros para atividade “em fila”, e é proibida a partilha de materiais e equipamentos bem como o acesso a balneários. O exercício físico é permitido até cinco praticantes com enquadramento de um técnico ou a prática recreacional até dois praticantes.

Analisando, a curto prazo, o impacto destas medidas no atletismo, verifica-se que os atletas que praticam disciplinas realizadas em pista podem voltar aos treinos e até mesmo voltar a competir, desde que se cumpram as regras atrás referidas. Dessas disciplinas de pistas, os 1500 m, 5 000 m, 10 000 m, marcha e corrida de obstáculos e barreiras poderão ser as



mais complicadas de adaptar a esta nova realidade. Quanto às provas disputadas em estrada a situação é completamente diferente. O distanciamento é complicado, para não falar impossível, de se verificar. Basta vermos a partida de uma prova e o seu desenrolar para se confirmar isso mesmo. E penso que, a avaliar pelo impedimento de todas as atividades que implicam a existência de aglomerados, não será nos próximos tempos que as

provas de estrada irão regressar.

Para quem está habituado a participar em provas de estrada, os próximos tempos não vão ser fáceis. Apesar de poderem treinar, faltam as provas para existir competição e para atingirem os objetivos propostos no início da época. Por isso esta vertente do atletismo tem de se adaptar a estes novos tempos para manter os amantes da modalidade ativos, motivados e impedido aban-

dono. E é isso que se começa a verificar. O primeiro passo foi dado por corridas em casa como aquelas em que Romeu Afonso participou e que foram divulgadas no nosso artigo do dia 08 de abril. E outros se estão a dar. No dia 1, 2 e 3 de maio, os atletas da secção de atletismo do CCDD Colmeal da Torre, através do #Desafio123, competiram entre si, cada um isoladamente, com o objetivo de ver quem fazia mais quilómetros na totalidade dos três dias. Para o fim-de-semana que se aproxima, esta secção já tem preparada uma nova iniciativa. Não sendo possível realizar a VI Meia Maratona de Belmonte nos moldes tradicionais, aquela equipa do concelho de Belmonte desafia os interessados a correr, na manhã ou tarde de domingo, perto das suas áreas de residência os 21 quilómetros e fazer o registo da aplicação Strava. Para aqueles que acham que a distância é grande existe a possibilidade de fazerem 10 quilómetros. Através da rede social facebook, chega um desafio do Centro de Massagem Terapêutica e Desportiva localizado na Covilhã. Os atletas seniores e veteranos do Concelho da Covilhã e zona envolvente são desafiados

a participar na 1ª Liga de Atletismo Centro de Massagem Terapêutica e Desportiva. Um desafio de 6 etapas a duas voltas, em que cada etapa é disputada num trilho na zona da Covilhã distribuído através de uma *app*. O que está surgir também que é importante para manter a motivação eliação dos atletas à modalidade são as formações, reuniões, mesas redondas através de plataformas digitais.

E como será quando tudo voltar à normalidade? Começando pelas competições de pista existirão dois cenários diferentes. A nível regional, as provas devem manter-se como até à data que este maldito vírus nos resolveu fazer uma visita. A nível nacional a situação é outra. As provas nacionais são organizadas pela Federação Portuguesa de Atletismo com o apoio das autarquias onde as mesmas se realizam. Depois do investimento no combate à pandemia, as autarquias vão ter menos dinheiro para apoiar os eventos. A Federação Portuguesa de Atletismo irá ter uma tarefa complicada pela frente. O mesmo se passa para as competições nacionais de estrada e corta mato, também elas “dependentes” do apoio de au-

tarquias. Nas provas de estrada a nível regional, é muito importante o apoio das Câmaras Municipais, das Juntas de Freguesia, das empresas e de empresários em nome individual. Se dos dois primeiros já falamos do que se vai passar, das empresas e empresários em nome individual vamos esperar uma situação idêntica de recessão. As receitas de ambos baixaram e até voltarem ao que era vai demorar muito, pois a crise económica vai fazer-se sentir. Logo os apoios às organizações das provas vai ser mais reduzidos ou até nulos. Se os apoios não chegam, as organizações, para manterem as provas, têm de ir buscar mais receitas às taxas de inscrição para pagar as despesas (policiamento, prémios, almoço, seguro,...) e/ou diminuir os prémios e deixar de dar almoço aos atletas. Mas se decidirem aplicar taxas de inscrição ou aumentarem as existentes não se podem esquecer que as equipas também viram os seus apoios reduzidos e muitos atletas que correm individualmente ou que correm por equipas mas pagam as suas inscrições viram os rendimentos familiares reduzidos devido ao desemprego.

Manuel Gerales



José Junior

Faleceu no passado dia 30 de abril de 2020, José dos Santos Carlos Junior, de 92 anos de idade, natural e residente em Alcains.

AGRADECIMENTO

Seus filhos, genro, nora, netos, bisnetos e restante família na impossibilidade de o fazer pessoalmente como seria seu desejo, vêm por este meio agradecer a todas as pessoas que acompanharam o seu ente querido à sua última morada ou por qualquer outro modo lhe manifestaram a sua amizade e o seu pesar.

A todos o nosso Bem-Hajam.

Agência Funerária Bom Jesus | T. 272 322 230 | 967 689 748
Est. Sr.ª Mércoles, 21 r/c Dto | Castelo Branco



Mª Lourdes Liberato

Faleceu, no passado dia 3 de maio de 2020, Maria de Lourdes Liberato, de 90 anos de idade, natural e residente em Cebolais de Cima.

AGRADECIMENTO

Suas filhas, genros, netos, bisnetos e restantes familiares, na impossibilidade de o fazerem pessoalmente como seria o seu desejo, servem-se deste meio, para testemunhar o mais sincero agradecimento a todos os que manifestaram a sua amizade, o seu apoio e o seu pesar neste momento difícil.

A todos um grande bem-haja.

Agência Funerária Alves | T. 272322330 |
R. S. Sebastião, 13 | Castelo Branco



Carlos Lobato

Faleceu, no passado dia 2 de maio de 2020, Carlos Augusto Lopes Lobato, de 79 anos de idade, natural e residente em Ladoeiro.

AGRADECIMENTO

Sua esposa, filha e restantes familiares, na impossibilidade de o fazerem pessoalmente como seria o seu desejo, servem-se deste meio, para testemunhar o mais sincero agradecimento a todos os que manifestaram a sua amizade, o seu apoio e o seu pesar neste momento difícil.

A todos um grande bem-haja.

Agência Funerária Alves | T. 272322330 |
R. S. Sebastião, 13 | Castelo Branco



João Louro

Faleceu no passado dia 29 de abril de 2020, João Lopes Louro, de 90 anos de idade, natural e residente em Cebolais de Cima.

AGRADECIMENTO

Seus netos, bisnetos, nora e restante família na impossibilidade de o fazer pessoalmente como seria seu desejo, vêm por este meio agradecer a todas as pessoas que acompanharam o seu ente querido à sua última morada ou por qualquer outro modo lhe manifestaram a sua amizade e o seu pesar.

Agradecem também muito reconhecidamente a todos os profissionais do Hospital Amato Lusitano, por todo o carinho e dedicação demonstrados ao seu familiar enquanto ali permaneceu.

A todos o nosso Bem-Hajam.

Agência Funerária Bom Jesus | T. 272 322 230 | 967 689 748
Est. Sr.ª Mércoles, 21 r/c Dto | Castelo Branco



Dolores Barata

Faleceu, no passado dia 1 de maio de 2020, Dolores Barata, de 91 anos de idade, natural de Rosmaninhal e residente em Quinta do Conde.

AGRADECIMENTO

Seus familiares, na impossibilidade de o fazerem pessoalmente como seria o seu desejo, servem-se deste meio, para testemunhar o mais sincero agradecimento a todos os que manifestaram a sua amizade, o seu apoio e o seu pesar neste momento difícil.

A todos um grande bem-haja.

Agência Funerária Alves | T. 272322330 |
R. S. Sebastião, 13 | Castelo Branco



Mª Isabel Carvoeiro

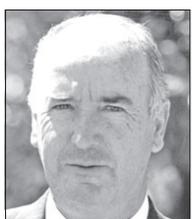
Faleceu, no passado dia 2 de maio de 2020, Maria Isabel Afonso Carvoeiro, de 73 anos de idade, natural e residente em Zebreira.

AGRADECIMENTO

Seus familiares, na impossibilidade de o fazerem pessoalmente como seria o seu desejo, servem-se deste meio, para testemunhar o mais sincero agradecimento a todos os que manifestaram a sua amizade, o seu apoio e o seu pesar neste momento difícil.

A todos um grande bem-haja.

Agência Funerária Alves | T. 272322330 |
R. S. Sebastião, 13 | Castelo Branco



José Santos

Faleceu, no passado dia 26 de abril de 2020, José Pereira Pinto dos Santos, de 80 anos de idade, natural de Rosmaninhal e residente em Castelo Branco.

AGRADECIMENTO

Sua esposa, filhos, nora, genro, netos e restantes familiares, na impossibilidade de o fazerem pessoalmente como seria o seu desejo, servem-se deste meio, para testemunhar o mais sincero agradecimento a todos os que manifestaram a sua amizade, o seu apoio e o seu pesar neste momento difícil.

A todos um grande bem-haja.

Agência Funerária Alves | T. 272322330 |
R. S. Sebastião, 13 | Castelo Branco



Remédios Angeles

Faleceu, no passado dia 1 de maio de 2020, Remédios Angeles, de 92 anos de idade, natural de Espanha e residente em Castelo Branco.

AGRADECIMENTO

Seus familiares, na impossibilidade de o fazerem pessoalmente como seria o seu desejo, servem-se deste meio, para testemunhar o mais sincero agradecimento a todos os que manifestaram a sua amizade, o seu apoio e o seu pesar neste momento difícil.

A todos um grande bem-haja.

Agência Funerária Alves | T. 272322330 |
R. S. Sebastião, 13 | Castelo Branco



Excelino Micaelo

Faleceu, no passado dia 3 de maio de 2020, Excelino Mendes Micaelo, de 81 anos de idade, natural e residente em Benquerenças.

AGRADECIMENTO

Sua esposa, filho, nora e restantes familiares, na impossibilidade de o fazerem pessoalmente como seria o seu desejo, servem-se deste meio, para testemunhar o mais sincero agradecimento a todos os que manifestaram a sua amizade, o seu apoio e o seu pesar neste momento difícil.

A todos um grande bem-haja.

Agência Funerária Alves | T. 272322330 |
R. S. Sebastião, 13 | Castelo Branco



Angelina Antunes

Faleceu, no passado dia 1 de maio de 2020, Angelina da Silva Antunes, de 70 anos de idade, natural e residente em Ribeira de Eiras, Alameda.

AGRADECIMENTO

Seu marido, filhos, netos e restantes familiares, na impossibilidade de o fazerem pessoalmente como seria o seu desejo, servem-se deste meio, para testemunhar o mais sincero agradecimento a todos os que manifestaram a sua amizade, o seu apoio e o seu pesar neste momento difícil.

A todos um grande bem-haja.

Agência Funerária Alves | T. 272322330 |
R. S. Sebastião, 13 | Castelo Branco



João Mateus

Faleceu, no passado dia 3 de maio de 2020, João da Conceição Mateus, de 72 anos de idade, natural de Sarnadas de São Simão e residente em Tripeiro, São Vicente da Beira.

AGRADECIMENTO

Sua esposa, filha, genro, netos e restantes familiares, na impossibilidade de o fazerem pessoalmente como seria o seu desejo, servem-se deste meio, para testemunhar o mais sincero agradecimento a todos os que manifestaram a sua amizade, o seu apoio e o seu pesar neste momento difícil.

A família também agradece de forma muito especial à Equipa do Serviço da Gastroenterologia, ao Hospital de Dia e ao Serviço de Medicina Paliativa do HAL de Castelo Branco por todo o seu profissionalismo e carinho com que sempre cuidaram do seu ente querido.

A todos, e sem exceção, um grande bem-haja.

Agência Funerária Alves | T. 272322330 |
R. S. Sebastião, 13 | Castelo Branco



Francisco Morão

Faleceu, no passado dia 1 de maio de 2020, Francisco Pires Morão, de 87 anos de idade, natural e residente em Zebreira.

AGRADECIMENTO

Sua esposa, filhos, netos e restantes familiares, na impossibilidade de o fazerem pessoalmente como seria o seu desejo, servem-se deste meio, para testemunhar o mais sincero agradecimento a todos os que manifestaram a sua amizade, o seu apoio e o seu pesar neste momento difícil.

A todos um grande bem-haja.

Agência Funerária Alves | T. 272322330 |
R. S. Sebastião, 13 | Castelo Branco



Mª Alice Andrade

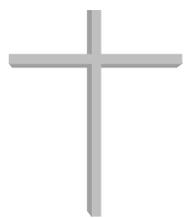
Faleceu, no passado dia 1 de maio de 2020, Maria Alice Pires Pinheiro de Andrade, de 92 anos de idade, natural de Salvaterra do Extremo e residente em Castelo Branco.

AGRADECIMENTO

Seus familiares, na impossibilidade de o fazerem pessoalmente como seria o seu desejo, servem-se deste meio, para testemunhar o mais sincero agradecimento a todos os que manifestaram a sua amizade, o seu apoio e o seu pesar neste momento difícil.

A todos um grande bem-haja.

Agência Funerária Alves | T. 272322330 |
R. S. Sebastião, 13 | Castelo Branco



José Robalo

Faleceu, no passado dia 2 de maio de 2020, José Luís Robalo, de 86 anos de idade, natural de Escalos de Cima e residente em Castelo Branco.

AGRADECIMENTO

Seus familiares, na impossibilidade de o fazerem pessoalmente como seria o seu desejo, servem-se deste meio, para testemunhar o mais sincero agradecimento a todos os que manifestaram a sua amizade, o seu apoio e o seu pesar neste momento difícil.

A todos um grande bem-haja.

Agência Funerária Alves | T. 272322330 |
R. S. Sebastião, 13 | Castelo Branco



Mª Otilia Santos

Faleceu no passado dia 29 de abril de 2020, Maria Otilia dos Santos, com 65 anos, natural de Brejas do Barco, Cambas e residente em Castelo Branco.

AGRADECIMENTO

Sua mãe, irmãos, sobrinhos e restantes familiares na impossibilidade de o fazerem pessoalmente, vêm por este meio agradecer a todas as pessoas que acompanharam a sua ente querida à sua última morada, ou que de qualquer outra forma lhes manifestaram o seu pesar.

Um agradecimento a toda a equipa da Medicina II do Hospital Amato Lusitano de Castelo Branco, pelo carinho e profissionalismo dedicado à nossa ente querida.

A todos, o nosso Bem-Haja.

Funeralbi - Agência Funerária | T. 272 324 402 | 966 281 568 |
geral@funeralbi.pt | Castelo Branco

QUINTA max. 28 | min. 15
céu nublado

SEXTA max. 27 | min. 16
céu nublado

SÁBADO max. 21 | min. 13
aguaceiros

DOMINGO max. 20 | min. 13
aguaceiros



Gazeta do Interior
6 de maio de 2020

FAZER A PONTE COM AS GRANDES CADEIAS DE DISTRIBUIÇÃO

AEBB apoia produção e produtores locais

A Associação Empresarial da Beira Baixa (AEBB), preocupada com o evoluir da situação originada pela pandemia de COVID-19, tem vindo a desenvolver esforços de promoção da produção local e do consumo, desenvolvendo iniciativas que sirvam de *ponte* entre oferta local e as cadeias de grande distribuição e grossistas, mas também com a comunidade em geral.

Nesta missão e numa perspetiva de auscultar o mercado local, a AEBB tem vindo a desenvolver uma série de contactos, numa primeira fase, com toda a grande distribuição presente na Região da Beira Baixa, lojas locais, com o objetivo de divulgar os produtores

locais, incluindo aqui os que integram uma marca regional que a AEBB criou recentemente, no âmbito de um projeto financiado pelo Centro 2020, *Portugal by Beira Baixa*, deixando claro, que esta iniciativa poderia ser alargada a produtos fora da referida marca. Neste sentido foram já feitos contratos com associações de produtores, solicitando informação sobre potenciais produtores interessados

A AEBB realça que “o reconhecimento da iniciativa tem sido manifestamente positivo, já com desenvolvimentos por parte de um dos grupos da grande distribuição contactados, interessado na aquisição de produtos de charcutaria,

com contactos já estabelecidos com dois produtores da zona do Pinhal”. No âmbito deste passo, Rafael Almeida, da Almeida & Filhos, Lda, uma empresa de produção de presuntos e enchidos tradicionais de Proença-a-Nova, realça que “já recebemos contacto por parte da Sonae, ao qual já respondemos e neste momento estamos a aguardar *feedback*. Só temos a agradecer à AEBB pois estas são as iniciativas que podem ter bastante retorno para os produtores e para os produtos da nossa região”.

O desenvolvimento desta dinâmica poderá vir a ser complementada, através de uma outra iniciativa, a plataforma *Smartfarmer*, criada por uma

ONG de desenvolvimento, à qual a AEBB se associou na qualidade de dinamizador local e responsável pela *hub* territorial.

Numa perspetiva de facilitar o acesso ao mercado por parte dos pequenos e médios agricultores em condições justas, projetando maior visibilidade do produto, a *Smartfarmer*, baseia-se numa loja *on-line* de *e-commerce*, que funciona numa lógica de circuito curto agroalimentar, de proximidade dos consumidores e de sustentabilidade, em que a mais valia é a de ter associada redes locais, nacionais e internacionais já com alguma consistência no mercado agroalimentar.

Profissionais de saúde da ULSCB homenageados



FOTO: Ricardo Coelho

Os profissionais de saúde da Unidade Local de Saúde de Castelo Branco (ULSCB) foram alvo de uma homenagem, na tarde desta terça-feira, 5 de maio. Assim, junto à entrada principal do Hospital Amato Lusitano (HAL) de Castelo Branco a Polícia de Segurança

Pública (PSP), Guarda Nacional Republicana (GNR), Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Proteção Civil, Bombeiros e outras entidades da Região reuniram-se para agradecer aos profissionais de saúde o trabalho desenvolvido no combate à pandemia de COVID-19.

Câmara do Fundão entrega máscaras a toda a população

A Câmara do Fundão, no âmbito do Plano de Contingência da autarquia ao COVID-19 e face à evolução da pandemia, iniciou, na passada segunda-feira, 4 de maio, a distribuição de máscaras gratuitas, reutilizáveis, a toda a população. Distribuição que está a ser feita a uma cadência aproximada de 1.500 máscaras por dia.

A máscara pode ser levantada no Centro Municipal de Proteção Civil, localizado no Casino Fundanense, na junta de freguesia da área de residência ou junto do Projeto Matriz. Para efetuar o levantamento da máscara será necessário apresentar o Cartão de Cidadão ou o Bilhete de Identidade.

A distribuição de máscaras a toda a população é possível após

a Câmara do Fundão ter feito aquisição de um grande volume de máscaras e ter reforçado a rede colaborativa de produção de máscaras comunitárias.

A Câmara do Fundão agradece ainda “o esforço de todos os envolvidos no projeto *#FundãoMask*, pioneiro na produção destas máscaras comunitárias há mais de um mês”, e adianta que o programa “conta, atualmente, com cerca de 40 costureiras e dele fazem parte uma rede de produção criada pelas juntas de freguesia com o apoio de diversas empresas locais”.

A autarquia apela ainda a todos os voluntários, particularmente costureiras ou empresas, que se associem a este projeto.

Fundanense desenvolve ventilador

O Fundanense Fernando Nogueira Gonçalves desenvolveu um ventilador, que se encontra na fase final de testes e, posteriormente, será alvo de processo de certificação e que não deverá custar mais de 1.500 euros.

O desenvolvimento deste projeto tem sido acompanhado e apoiado pela Câmara do Fundão, através do Fab Lab Aldeias do Xisto, e contou ain-

da com o envolvimento de profissionais da saúde, nomeadamente da Universidade da Beira Interior – Faculdade de Medicina e do Centro Hospitalar Universitário da Cova da Beira (CHUCB), que acompanharam o processo.

Para obtenção da certificação por parte das autoridades competentes, será criada uma equipa multidisciplinar para prestar apoio em todo o processo.



Fazer Mais Por Todos no combate ao COVID-19

A Associação Académica da Universidade da Beira Interior (AAUBI), o Centro Hospitalar e Universitário da Cova da Beira (CHUCB), a Universidade da Beira Interior (UBI), a Faculdade de Ciências da Saúde, a Black Sheep Retail Products, a WD Retail, a WD Design, a STAR Junior Enterprise, a Beira Escrita, a Câmara do Fundão e a Junta de Freguesia do Torto-

sendo, uniram esforços e desenvolveram um projeto de cariz solidário a que designaram de *Fazer Mais Por Todos*. Assim, nasceu a Associação FMPT, sigla para Fazer Mais Por Todos, uma associação sem fins lucrativos, com o objetivo social da recolha de fundos para a aquisição do maior número de material proteção individual, nomeadamente vi-

seiras, luvas, máscaras e desinfetantes com vista à sua doação e distribuição pelos centros hospitalares e instituições particulares de solidariedade social (IPSS) da Região Centro, numa tentativa de prestar auxílio aos nossos profissionais de Saúde na prevenção e combate do vírus.

É possível fazer uma doação através da página www.fazermaisportodos.pt ou da conta solidária criada para o efeito PT50003502700007142373020.

O projeto espera ainda no decorrer desta semana distribuir mais de duas mil viseiras, desenvolvidas pela empresa parceira WD Retail, e cerca de 250 embalagens de desinfetantes que serão desenvolvidas pela empresa Labfit, sediada no Ubimedical.

Na Sertã ação social e transporte escolar tem pedidos *on-line*

A Câmara da Sertã, devido ao contexto motivado pela pandemia de COVID-19, já fez saber que os pedidos de apoio na Ação Social Escolar e de Transporte Escolar, para a educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico, do próximo ano letivo, ou seja, 2020/2021, deverão ser efetuados *on-line*, através de endereço eletrónico, até dia 26 de junho de 2020. Os requerimentos, que estão disponíveis no *site* da Câ-

mara, na secção *Requerimentos*, deverão ser devidamente preenchidos, assinados e enviados juntamente com os documentos necessários para geral@cm-serta.pt ou atendimento@cm-serta.pt.

Neste âmbito, refira-se também que as faturas relativas a material escolar terão que ser entregues no Setor de Educação da Câmara Municipal da Sertã de 1 de setembro a 9 de outubro.